

2.º CICLO

NUTRIÇÃO COMUNITÁRIA E SAÚDE PÚBLICA

Insegurança Alimentar e Fatores Associados em Refugiados Recém- chegados a Portugal

Laura Adriana Pinto da Silva

M

2023



Insegurança Alimentar e Fatores Associados em Refugiados Recém-chegados a Portugal

Food Insecurity and Associated Factors in Newly Arrived Refugees in Portugal

Laura Adriana Pinto da Silva

Faculdade de ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto

Orientadora: Prof.^a Doutora Isabela Ottoni, Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto

Coorientadora: Prof.^a Doutora Sara Rodrigues, Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto

Dissertação de candidatura ao grau de Mestre em Nutrição Comunitária e Saúde Pública apresentada à Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto, à Faculdade de Medicina da Universidade do Porto e ao Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar

2023

Dedicatória

À minha família

Por sempre acreditarem em mim

“Todas as vitórias ocultam uma abdicação”.

(Simone de Beauvoir)

Agradecimentos

Em breves palavras, irei aproveitar este espaço para deixar um especial agradecimento a todos aqueles que permitiram a concretização deste trabalho.

À Prof.^a Doutora Isabela Ottoni, minha orientadora, por toda a disponibilidade, orientação, paciência e suporte para todas as minhas dúvidas e incertezas que surgiram ao longo deste projeto.

À Prof.^a Doutora Sara Rodrigues, por toda a coorientação e valiosos contributos que forneceu a este trabalho.

À Prof.^a Doutora Margarida Cardoso pela ajuda prestada no tratamento estatístico dos dados obtidos.

À equipa do Seminário do Bom Pastor por terem permitido a realização do pré-teste com os refugiados ao abrigo das suas instalações

À equipa do Conselho Português para os Refugiados por terem permitido a realização do projeto nos seus centros de acolhimento de refugiados. Um agradecimento especial ao Dr. Vítor Sartóris por todos os esclarecimentos prestados e à senhora Hamideh Abbasi, ao senhor Nasri Hazimeh e à Clara Pelote pelo tempo despendido como intérpretes.

Aos meus pais e ao meu irmão por sempre acreditarem em mim, por todo o incentivo e por me apoiarem a investir nos meus conhecimentos.

Aos meus amigos e ao meu namorado por toda a força dada, compreensão pelos meus “períodos de ausência” e apoio nos períodos menos bons

Obrigada por terem feito parte deste percurso!

Resumo

Introdução: O número de refugiados tem vindo a aumentar todos os anos na última década. Em 2022 observou-se a maior e mais rápida crise de deslocamento forçado desde a Segunda Guerra Mundial. Paralelamente ao aumento destas migrações forçadas, a insegurança alimentar também tem aumentado por todo o mundo, no qual os grupos mais vulneráveis, como os refugiados, se encontram particularmente suscetíveis.

Objetivo: Avaliar a prevalência de insegurança alimentar em refugiados recém-chegados a Portugal e determinar os seus principais fatores associados (socioeconómicos, demográficos e culturais).

Metodologia: Trata-se de um estudo observacional, descritivo e transversal. A obtenção dos dados foi efetuada com recurso à aplicação de um questionário, através de uma entrevista estruturada, a refugiados adultos, ao abrigo das instalações do Conselho Português para os Refugiados. Algumas entrevistas foram realizadas com recurso a intérprete. A Insegurança alimentar foi avaliada através da Escala de Experiência da Insegurança Alimentar (*Food Insecurity Experiencie Scale - FIES*). O teste qui-quadrado de independência foi utilizado para testar a relação entre diferentes variáveis e a insegurança alimentar.

Resultados: Foram realizadas 65 entrevistas a refugiados de 22 nacionalidades diferentes, em Portugal à menos de 1 ano, com idades compreendidas entre os 18 e 57 anos e maioritariamente do género masculino (73,8%). Da amostra analisada, 87,7% (IC95%: 78,1% a 94%) estava em insegurança alimentar e apresentava uma prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave (61,5%, IC95%: 49,4% a 72,4%) superior comparativamente aos 4,1% verificado na população portuguesa em 2022. A pontuação média obtida pela FIES foi ligeiramente superior após

chegar a Portugal. As subcategorias sociodemográficas distribuem-se de forma semelhante entre os diferentes níveis de insegurança alimentar e não foi possível demonstrar a sua associação com a mesma. Os fatores mais identificados como motivos para o baixo consumo de alimentos foram o “preço dos alimentos” e “práticas alimentares diferentes da cultura do participante”.

Conclusão: Existe uma elevada prevalência de insegurança alimentar na população refugiada, sendo esta superior quando comparada com a população portuguesa. Foi encontrada uma associação entre o preço dos alimentos e a insegurança alimentar nos refugiados, no entanto mais estudos serão necessários para analisar outros fatores associados. Este trabalho evidencia a necessidade de realização de intervenções nesta população-alvo, com vista a reduzir a elevada prevalência de insegurança alimentar.

Palavras-Chave

Insegurança alimentar; Refugiados; Migração forçada; Determinantes; Aculturação

Abstract

Introduction: The number of refugees has been increasing every year for the last decade. In 2022, was seen the largest and fastest forced displacement crisis since the Second World War. In parallel, with the increase of these forced migrations, food insecurity has also increased throughout the world, in which the most vulnerable groups, like refugees are particularly susceptible.

Objective: To assess the prevalence of food insecurity in refugees recently arrived in Portugal and determine its main associated factors (socioeconomic, demographic and cultural).

Methodology: This is an observational, descriptive and cross-sectional study. The data was obtained using a questionnaire, through a structured interview, to adult refugees at the facilities of the Portuguese Council for Refugees (CPR). Some interviews were carried out using an interpreter. Food insecurity was assessed using the Food Insecurity Experience Scale-FIES. The chi-square test of independence was used to test the relationship between different variables and food insecurity.

Results: 65 interviews were carried out with refugees of 22 different nationalities, in Portugal for less than 1 year, aged between 18 and 57 years old and mostly male (73.8%). Of the sample analyzed, 87.7% (95% CI: 78.1% to 94%) were food insecure and had a prevalence of moderate to severe food insecurity (61.5%, 95% CI: 49.4% to 72. 4%) higher compared to the 4.1% seen in the Portuguese population in 2022. The average score obtained by FIES was slightly higher after arriving in Portugal. The sociodemographic subcategories are distributed similarly between the different levels of food insecurity and it was not possible to demonstrate their association with it. The factors most identified as reasons for low food

consumption were “price of food” and “eating practices different from the participant’s culture”.

Conclusion: There is a high prevalence of food insecurity in the refugee population, which is higher when compared to the Portuguese population. An association was found between food prices and food insecurity in refugees, however more studies will be needed to analyze other associated factors. This work highlights the need to carry out interventions in this target population, with a view to reducing the high prevalence of food insecurity.

Keywords

Food Insecurity; Refugees; Forced migration; Determinants; Acculturation.

Índice

Dedicatória	2
Agradecimentos	3
Abstract	6
Lista de Abreviaturas.....	9
Lista de Figuras	10
Lista de Tabelas.....	10
Introdução	11
Objetivos.....	29
Metodologia.....	30
Resultados	36
Discussão	45
Limitações	50
Conclusões	50
Referências Bibliográficas	51
Índice de Anexos	56

Lista de Abreviaturas

ACNUR: Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

CAR: Centro de Acolhimento de Refugiados

CPR: Conselho Português para os Refugiados

FIES: *Food Insecurity Experience Scale*

IA: Insegurança Alimentar

ONU: Organização das Nações Unidas

SA: Segurança Alimentar

SECA: Sistema Europeu Comum de Asilo

SEF: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

SPSS®: *Software Package for Social Sciences*

UE: União Europeia

Lista de Figuras

Figura 1 - Nº de migrações forçadas no mundo (2012-2022).

Figura 2 - Dimensões da segurança alimentar

Figura 3 - Gradiente de severidade alimentar

Figura 4 - Diagrama de seleção de participantes no estudo

Figura 5 - Distribuição da amostra por categorias de IA

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Características socioeconómicas e demográficas da amostra (n=65)

Tabela 2 - Distribuição das respostas pela escala de IA (FIES)

Tabela 3 - Distribuição das características sociodemográficas pelos níveis de IA (12 meses).

Tabela 4 - Motivos associados à diminuição da ingestão de alimentos em Portugal

Tabela 5 - Transcrição das respostas à questão aberta

Tabela 6 - Distribuição dos motivos referidos como responsáveis pela diminuição da ingestão de alimentos em Portugal pelos níveis de IA (em Portugal)

Introdução

1. Refugiados e conceitos associados

Para uma melhor compreensão da definição de refugiado, é essencial compreender todos os seus conceitos associados. Devido à crise migratória existente, essencialmente a partir de 2015, houve a exigência de uma maior reflexão sobre o tema e consequentemente uma maior necessidade de clarificação de conceitos, quer a nível nacional como internacional⁽¹⁾.

Primeiramente, todo o movimento de pessoas para fora do seu local de residência habitual, através de uma fronteira internacional ou dentro do mesmo país é designado migração⁽²⁾.

Por sua vez, a migração pode ser diferenciada em migração voluntária e migração forçada. A migração voluntária ocorre quando as pessoas, escolhem livremente morar num outro país, seja por razões económicas, de educação, de saúde, entre outras^(1, 3). Contrariamente, a migração forçada é aquela que ocorre quando a alteração de residência se deve a um elemento de coação, nomeadamente por ameaça à vida humana devido, por exemplo, a calamidades naturais ou a perseguições de origem política, religiosa ou étnica⁽³⁾.

Esta aparente simples distinção, compreende vários processos de decisão, visto que os migrantes, independentemente do seu contexto, tendem a ponderar as suas decisões, de acordo com os diferentes recursos e oportunidades⁽¹⁾. Como por exemplo, os migrantes “voluntários” sentem-se, muitas vezes, “obrigados” a migrar, devido a situações de pobreza extrema, enquanto os migrantes “forçados” procuram entre as escolhas possíveis, melhores condições de vida. Esta reflexão e ponderação no processo de migração, geralmente apenas deixa de existir em situações extremas, como a do risco imediato de vida⁽¹⁾.

Assim, o termo refugiado corresponde a um tipo de migração forçada, cuja definição sofreu algumas alterações com o tempo de acordo com os diferentes contextos históricos⁽³⁾. Efetivamente, este termo está sujeito a mudanças que resultam também da evolução das próprias sociedades de acolhimento e dos seus enquadramentos legais e institucionais na gestão do acolhimento/integração⁽¹⁾.

Durante a Convenção de Genebra de 1951, refugiado foi definido como a “pessoa que temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele”⁽⁴⁾. Esta convenção exclui os movimentos forçados devido, por exemplo, a guerras ou catástrofes ambientais está limitada a acontecimentos ocorridos antes de 1 de janeiro de 1951, cuja restrição temporal foi removida posteriormente pelo Protocolo de 1967 ⁽⁴⁻⁶⁾.

Pelo sentido estrito da definição anterior e face à realidade de guerras e conflitos vivida em África a partir do final da década de 50, a mesma foi complementada, em 1969, pela Organização da Unidade Africana na Convenção das Organizações Africanas e passou a aplicar-se também às situações de refúgio “devido a uma agressão, ocupação externa, dominação estrangeira ou a acontecimentos que perturbem gravemente a ordem pública numa parte ou na totalidade do seu país de origem ...”, considerando assim, também, as vítimas indistintas de guerra ^(3, 7, 8).

Neste seguimento, a Declaração de Cartagena de 1984 solicita que também seja incluída na definição, a violação dos direitos humanos e a ameaça duma violência generalizada que coloque em causa a vida do indivíduo^(7, 9).

Independentemente desta evolução do conceito de refugiado, alguns argumentos continuam a apoiar a versão mais estrita, assente na definição original, que é também a definição usada em Portugal^(1, 10).

Ao contrário da migração voluntária, na migração forçada é reconhecido o direito de requererem um pedido de asilo noutro Estado, sendo este obrigado, de acordo com a Convenção de Genebra, a permitir a entrada do requerente para analisar a validade do pedido^(3, 7).

Os requerentes de asilo são pessoas que procuram proteção internacional⁽²⁾. As pessoas devem requerer proteção no país de entrada na União Europeia (UE) e recebem o estatuto de refugiado, ou outra forma de proteção internacional, apenas quando forem notificados pelas autoridades nacionais⁽¹¹⁾. Isto significa que nem todos os requerentes de asilo serão reconhecidos como refugiados, mas que todos os refugiados foram inicialmente requerentes de asilo⁽²⁾.

Como o estatuto de refugiado não salvaguarda a proteção internacional de todas as situações, no contexto da UE a proteção internacional abrange o estatuto de refugiado e o estatuto de proteção subsidiária⁽¹⁾. Este último, corresponde a um estatuto conferido a um requerente de asilo, de um país terceiro à UE ou apátrida, que não possa ser considerado refugiado, mas com motivos consideráveis para acreditar que corra risco de sofrer ofensa grave caso volte para o seu país de origem⁽¹⁾. Assim, a proteção subsidiária permite ampliar os casos de proteção, contudo é concedida por um período menor comparativamente ao estatuto de refugiado⁽¹⁾.

Para os migrantes que são acolhidos numa nova sociedade, surgem os conceitos de integração e aculturação^(2, 3).

Integração é utilizado para designar o processo bidirecional de adaptação mútua entre migrantes e as sociedades, que permite que os primeiros sejam incorporados nos domínios sociais, económicos, culturais e políticos da comunidade de acolhimento⁽²⁾. Este é um processo complexo e é determinado por diversos fatores, como por exemplo: os mecanismos de atribuição de direitos de cidadania, a existência de canais de imigração legal, a estruturação do mercado de trabalho, o pluralismo existente na sociedade de acolhimento, o tipo de etnicidade que caracteriza o grupo, a relação das pessoas com a cultura da sociedade de acolhimento⁽³⁾.

Aculturação, por sua vez, corresponde à adoção progressiva, por pessoas de uma determinada cultura, de componentes de uma cultura estrangeira, como por exemplo, valores, comportamentos, palavras, entre outros⁽¹²⁾.

2. Breve enquadramento legal

O enquadramento internacional para a proteção de refugiados foi definido inicialmente em 1951 pela Convenção de Genebra, influenciado pelas consequências da segunda guerra mundial. Nesta altura, surge o conceito de “não devolução”, que estipula que nenhum país deve expulsar ou até mesmo devolver um refugiado, contra a sua própria vontade, onde este sofra ou possa vir a sofrer de uma perseguição^(1, 4).

Com o aumento de refugiados, foram desenvolvidos outros instrumentos legais à escala regional, pelo que a maioria do enquadramento legal dos refugiados são

estabelecidas ao nível de cada país e difere consoante os mesmos (mesmo no caso dos países membros da UE)⁽¹³⁾.

Com a “crise de refugiados” de 2015, verificou-se que os mesmos não se distribuem de forma equitativa e que uma parcela significativa vive em países em desenvolvimento⁽¹⁴⁾. Assim, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou, em 2018, com o apoio de 181 países, entre os quais Portugal, o Pacto Global sobre refugiados. Este identifica a necessidade de responsabilidades conjuntas de grande escala e de melhorar a resposta aos movimentos de refugiados, a nível internacional⁽¹⁾. Sob a salvaguarda deste Pacto, em 2021, prosseguiram-se os esforços no sentido de aliviar a pressão sobre os países de acolhimento, aumentar a autossuficiência dos refugiados, alargar as soluções em países terceiros e ainda apoiar as condições necessárias nos países de origem, de forma a que os refugiados tenham um regresso seguro e digno quando recusada proteção⁽¹⁵⁾.

No contexto da UE, o sistema de asilo é regulado, para além da Convenção de Genebra, por um conjunto de instrumentos jurídicos que integram o Sistema Europeu Comum de Asilo (SECA). O SECA pretende garantir a existência de uma Política Comum de Asilo, assente na solidariedade e pressuposto de uma repartição equilibrada, em todo o espaço europeu, independentemente onde o requerente solicita proteção, com vista à corresponsabilização de todos os países no acolhimento de refugiados⁽¹⁾. O SECA está estruturado com base nos seguintes fundamentos^(1, 3):

- O pedido de asilo será examinado apenas por um Estado-Membro segundo critérios definidos para determinar o Estado responsável pela análise;
- Os refugiados não têm o direito a escolher o Estado em que querem apresentar o pedido de asilo ou em que desejam instalar-se;

- São definidos mecanismos de transferência de refugiados entre os Estados-Membro.

Existem dois processos de distribuição da população refugiada: Recolocação e reinstalação⁽¹⁶⁾.

O processo de **recolocação** é um processo interno à UE. Tendo em conta que alguns países possuem uma maior pressão nas suas fronteiras, refere-se ao movimento de requerentes de proteção internacional de um Estado-membro para outro⁽¹⁶⁾.

A **reinstalação**, por sua vez, consiste na transferência de refugiados, com estatuto já reconhecido pelo (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), de um país de asilo fora da UE para um Estado-membro que o aceite acolher⁽¹⁶⁾.

Em 2001 surge a Diretiva de Proteção Temporária (2001/55/CE) do Conselho Europeu, sobre normas mínimas na concessão de proteção temporária nos casos de maior afluxo inesperados de pessoas deslocadas⁽¹⁷⁾. Foi o enquadramento desta diretiva que foi utilizada pela UE para a proteção temporária de residentes ucranianos deslocados na sequência da invasão russa de fevereiro de 2022⁽¹⁾.

Os países da EU, mostraram dificuldades na implementação da alegada “solidariedade” europeia na repartição de responsabilidades para o acolhimento e proteção internacional de requerentes de asilo e na disponibilidade para recolocação de refugiados⁽¹⁴⁾. Desta forma, em 2020, a Comissão Europeia apresentou um novo Pacto para a Migração e Asilo que pretende tornar mais céleres os processos de gestão migratória e garantir uma maior igualdade no tratamento dos requerentes/beneficiários de proteção internacional de modo a abrandar os fluxos nos países de maior afluência de refugiados na Europa⁽¹⁾. No

entanto, mesmo com este novo pacto instaurado, é possível verificar que ainda se mantém algum nível de tensão entre os respetivos países da EU⁽¹⁾.

Desde 1961, ao ratificar a Convenção de Genebra, Portugal assumiu o compromisso de acolhimento de requerentes de asilo e à luz do enquadramento português, os beneficiários do estatuto de refugiado são autorizados a permanecer em território nacional e estão sujeitos aos mesmos direitos e deveres dos estrangeiros residentes em Portugal^(1, 18).

Através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 110/2007, de 21 de agosto, determinou, a criação de condições para conceder anualmente, no mínimo, asilo a 30 pessoas, para fazer face aos pedidos de reinstalação. Com guerra na Ucrânia, Portugal ampliou o âmbito de proteção temporária a pessoas deslocadas deste país⁽¹⁶⁾.

O sistema de asilo em Portugal inclui quatro fases⁽¹⁶⁾:

1. Registo do pedido de proteção internacional. Deve ser apresentado ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) ou a outra autoridade policial. Cabe ao SEF determinar se o requerente possuiu as condições para beneficiar de proteção internacional. Os requerentes podem permanecer no país até à decisão da admissibilidade do pedido.
2. Admissibilidade do processo. Enquanto os requerentes aguardam a admissibilidade do seu pedido espontâneo de asilo, são encaminhados para o Conselho Português para os Refugiados (CPR) ou, se o pedido tiver sido feito num aeroporto, aí permanecem até o SEF proferir uma decisão.
3. Instrução do processo propriamente dito. Quando o pedido espontâneo de asilo é admitido, inicia-se a fase de instrução do processo que pode durar entre 6 e 9 meses, sendo emitida uma autorização de residência provisória. Compete

ao Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social suportar os encargos da atribuição das condições materiais de acolhimento aos requerentes de asilo, desde a admissão do pedido até à decisão sobre o mesmo.

4. Concessão do estatuto de refugiado ou de proteção subsidiária. Caso seja concedido o estatuto de proteção internacional, o beneficiário adquire uma autorização de residência de beneficiário do estatuto de refugiado válida por 5 anos, ou uma autorização de residência de proteção subsidiária válida por 3 anos, ambos renováveis por períodos iguais.

3. Caracterização sociodemográfica das migrações forçadas

3.1 Características sociodemográficas das migrações forçadas no mundo

De acordo com o ACNUR, o número de refugiados tem vindo a aumentar todos os anos na última década⁽¹⁹⁾ (figura 1).

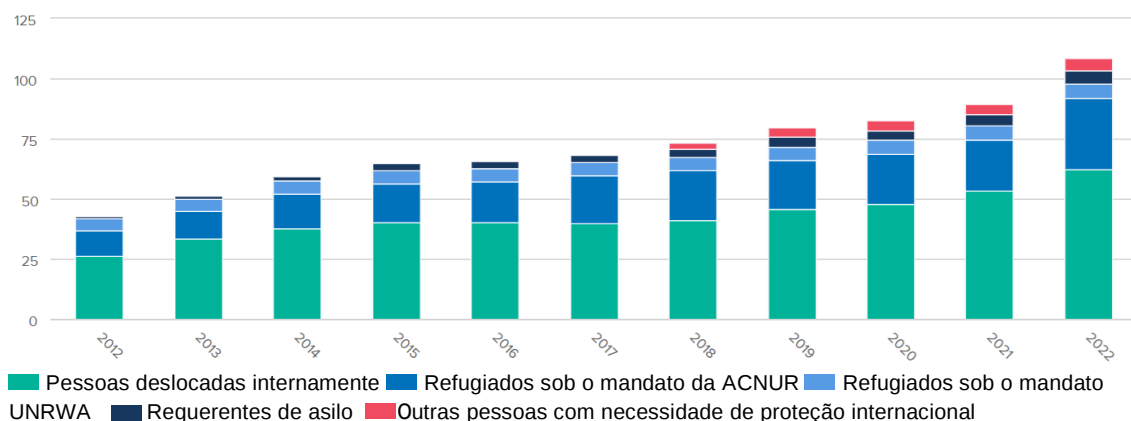


Figura 1: N° de migrações forçadas no mundo (2012-2022). Fonte: Global Trends Report 2022⁽²⁰⁾

Em 2022 observou-se a maior e mais rápida crise de deslocamento forçado desde a Segunda Guerra Mundial e foi ultrapassada a marca dos 100 milhões de deslocações forçadas, número mais alto registado até à data⁽¹⁹⁾. Mais concretamente, no final de 2022, houve 108,4 milhões de deslocações forçadas

(mais 19 milhões comparativamente com o ano anterior, o maior aumento de sempre entre anos), entre as quais 35,3 milhões de refugiados, 5,4 milhões de requerentes de asilo e 62,5 milhões de deslocados internos e 5,2 milhões de outras pessoas com necessidade de proteção internacional⁽²¹⁾. No total, 5 milhões de pessoas foram beneficiárias de proteção internacional⁽²¹⁾.

Para além do grande volume de deslocações forçadas, também é de salientar a rápida evolução nos últimos anos^(1, 14). Se de 2001 para 2011 o volume de deslocações situava-se entre os 38 e 43 milhões de pessoas, com pouca oscilação de ano para ano, entre 2012 e 2022 o valor passou de 45,1 milhões de pessoas deslocadas para 108,4 milhões, o que significa que nesta última década o número de pessoas deslocadas contra a sua vontade mais que duplicou⁽¹⁾.

Em 2022, a maioria dos refugiados e outras pessoas com necessidade de proteção internacional (52%) eram originários de 3 países: 6,5 milhões da República Árabe da Síria, 5,7 milhões da Ucrânia e 5,7 milhões do Afeganistão⁽²¹⁾. Por outro lado, a Turquia, o Irão, a Colômbia, a Alemanha e o Paquistão foram os países que acolheram o maior número de refugiados⁽²¹⁾. O perfil de acolhimento dos deslocamentos forçados foi o seguinte⁽²¹⁾:

- Cerca de 70% foram acolhidos em países vizinhos ao país de origem, valor mais baixo que os anos anteriores, devido ao facto de muitos deslocados da Ucrânia terem sido hospedados em países sem fronteira direta;
- Apenas 24% foram acolhidos em países desenvolvidos, contudo, este valor foi bastante superior aos anos anteriores devido ao acolhimento de refugiados da Ucrânia em países maioritariamente Europeus.

Nos primeiros meses de 2023, tem continuado a tendência crescente de deslocamento forçado e no mês de maio os números chegaram aos 110 milhões de

deslocações forçadas, devido essencialmente ao conflito no Sudão⁽²²⁾. Paralelamente a esta tendência, o aumento da escassez de alimentos, a inflação e as alterações climáticas estão a aumentar os casos de dificuldade e a esticar a resposta humanitária ao máximo⁽¹⁹⁾.

Os principais motivos para o aumento das deslocamentos forçadas foram^(23, 24):

- Grandes conflitos como a guerra na Ucrânia e os conflitos no Sahel Central, na Bacia do Lago Chade e no Médio Oriente;
- Graves crises económicas como a da República Bolivariana da Venezuela;
- Eventos climáticos extremos, como por exemplo, o fenómeno La Niña que começou em setembro de 2020 e durou até o final de 2022, tendo como consequências o agravamento da seca no Corno de África e chuvas e inundações fortes na Ásia, África Oriental e África Ocidental.

3.2 Características sociodemográficas das migrações forçadas na Europa

O aumento do fluxo de refugiados para a Europa ocorreu particularmente a partir de 2012, em parte devido à guerra civil na Síria, com aproximadamente 335.000 pedidos de asilo nesse ano^(3, 25). Este valor aumentou sucessivamente até ao valor máximo histórico em 2015 com mais de 1.300.000 requerentes de asilo, dando início à chamada “crise dos refugiados”^(25, 26).

Em 2022, os países da UE receberam 966 000 pedidos de asilo, quase o dobro dos pedidos relativos ao ano anterior e toda a Europa (incluindo a Turquia), acolheu mais de um terço (36%) de todos os refugiados a nível global^(21, 27). Com o elevado número de refugiados da Ucrânia a procurar acolhimento nos países circundantes, o número de refugiados na Europa aumentou de 7 milhões em 2021 para 12,4 milhões em 2022⁽²¹⁾.

Segundo os dados de 2022, a Turquia foi o país no mundo que acolheu o maior de número de refugiados, e no final desse mesmo ano contava com 3,6 milhões de refugiados, mais de 10% de todos os refugiados. O segundo país Europeu com maior número foi a Alemanha com aproximadamente 2,1 milhões, 6% de todos os refugiados⁽²¹⁾.

No presente ano, os pedidos de proteção internacional continuam a aumentar na UE. Em abril de 2023, houve 72 630 primeiros pedidos de asilo de cidadão não pertencentes à UE, um aumento de 34% comparativamente com o mesmo período do ano passado⁽²⁸⁾. A maioria destes pedidos eram de cidadãos Sírios e Afegãos⁽²⁸⁾.

3.3 Características sociodemográficas das migrações forçadas em Portugal

Desde 2015, Portugal esteve entre os países europeus mais solidários, com o compromisso de recolocação e reinstalação de requerentes e beneficiários de proteção internacional e participação em vários mecanismos europeus de apoio à proteção internacional, como apelos humanitários, que induziram o incremento desta realidade no país⁽¹⁴⁾. Acrescenta-se ainda a estas chegadas programadas, os pedidos espontâneos de proteção internacional, cujo número também tem aumentado nos últimos anos⁽¹⁴⁾.

Portugal, apesar de não se encontrar entre os países com maior número de refugiados (20º posição do conjunto dos 27 países da EU, em 2021), o número de pedidos de proteção internacional tem aumentado significativamente^(1, 3). Se entre 2000 e 2012, Portugal recebia em média 200 pedidos por ano, entre 2013 e 2021 o número aumentou substancialmente, atingindo em 2019 o valor mais elevado de 1.820 pedidos⁽¹⁾. Em 2020, verificou-se uma diminuição de pedidos para 1.000, justificado pela pandemia Covid-19, tendo voltado a aumentar para

1.540 em 2021⁽¹⁾. Desde que começou a guerra na Ucrânia, esse valor já foi largamente ultrapassado, sendo que em 2022, Portugal atribuiu mais de 56 000 proteções temporárias a cidadãos provenientes desse país⁽²⁹⁾.

Desde finais de 2015, Portugal já acolheu mais de 72.000 refugiados e requerentes de asilo, totalizando no total mais de 130 nacionalidades⁽³⁰⁾. Para além das deslocações de cidadãos vindos da Ucrânia, Portugal acolheu 2.338 pessoas recolocadas, muitas das quais do conflito da Síria, mas também crianças e jovens não acompanhados dos campos de refugiados da Grécia e pessoas das operações de resgate no Mediterrâneo, oriundas de conflitos de menor escala, 1.208 refugiados através do programa de reinstalação voluntária e 1.134 do Afeganistão, ao abrigo da admissão humanitária⁽³⁰⁾.

Segundo os dados de 2021, em Portugal, tal como em toda a UE em geral, a maioria dos requerentes de proteção internacional foram homens, entre os 18 e 34 anos de idade⁽¹⁾. Por outro lado, existem outras características que distinguem Portugal de outros países da EU como o facto do país não ser procurado pelas mesmas nacionalidades que os países do norte da Europa e maior prevalência de decisões positivas a menores de 14 anos comparativamente com alguns países da UE27⁽¹⁾.

4. Insegurança alimentar

4.1 Conceito

A segurança alimentar (SA) é uma situação que existe quando todas as pessoas, em todos os momentos, têm acesso físico, social e económico a alimentos suficientes, seguros e nutricionalmente adequados, que vão de encontro às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável⁽³¹⁾. Assim, o termo IA corresponde ao seu conceito inverso⁽³¹⁾.

A definição de SA pode ser dividida em 6 dimensões (figura 1) que se encontram interligadas entre si^(32, 33):

1. **Agência:** Indivíduos/grupos capazes de agir e fazer escolhas sobre os alimentos que consomem e como estes são produzidos, processados e distribuídos. A proteção da agência requer sistemas sociopolíticos que permitam a SA e nutricional para toda a população.
2. **Disponibilidade** - Disponibilidade de alimentos em quantidade e qualidade suficientes para satisfazer as necessidades dietéticas dos indivíduos, isentos de substâncias nocivas e aceitáveis dentro de uma determinada cultura, produzidos localmente e/ou importados do exterior.
3. **Acessibilidade** - Este conceito pode ser decomposto em acessibilidade física (existência de uma infraestrutura de transporte que possibilite a chegada do alimento ao consumidor), acessibilidade financeira (o consumidor consegue comprar os alimentos) e acessibilidade sociocultural (existência de redes e proteção social para garantir que a alimentação é culturalmente aceita).
4. **Utilização** - Corresponde aproveitamento dos alimentos pelo organismo, quer em termos energéticos como de nutriente. Encontra-se relacionado com uma alimentação segura para consumo, água e saneamento adequado para atingir um estado onde todas as necessidades fisiológicas sejam satisfeitas.
5. **Estabilidade** - Capacidade de garantir a SA em casos de crises momentâneas (por exemplo: crises económicas, de saúde, de conflito ou climática) ou eventos cíclicos (por exemplo, IA sazonal).
6. **Sustentabilidade** - Práticas do sistema alimentar que contribuem para a regeneração a longo prazo dos sistemas naturais, sociais e económicos,

garantindo que as necessidades alimentares das gerações atuais sejam atendidas sem comprometer as necessidades alimentares das gerações futuras.

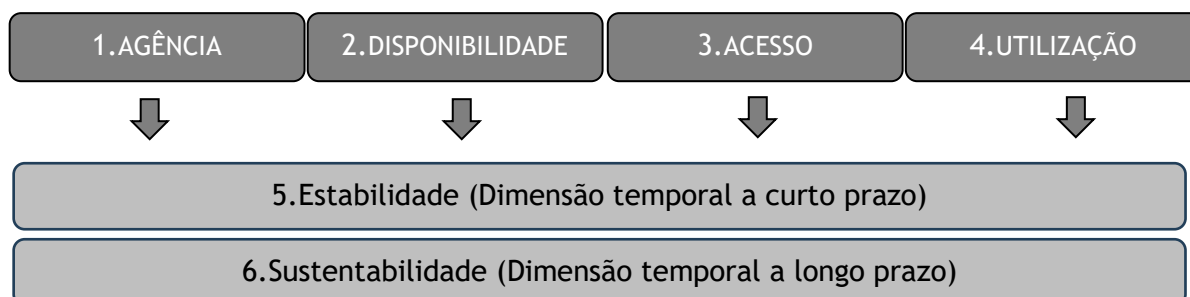


Figura 2 - Dimensões da segurança alimentar (Gráfico sistematizado pela autora)

De acordo com a FAO, a IA pode ocorrer de forma crônica, transitória ou sazonal⁽³⁴⁾. A IA crônica, é uma IA de longa duração e ocorre quando as pessoas são incapazes de obter o mínimo de alimentos para satisfazer as suas necessidades nutricionais diárias⁽³⁴⁾. Resulta de longos períodos de pobreza, baixos recursos financeiros e acesso inadequado a recursos produção de alimentos. A IA transitória tem um carácter temporário, pode resultar de uma queda a curto prazo na disponibilidade e acesso alimentar e inclui as variações dos preços dos alimentos, do rendimento familiar e da produção doméstica de alimentos. O conceito de IA sazonal situa-se entre os dois mencionados anteriormente. É limitada no tempo e consiste num padrão cíclico e previsível no acesso inadequado a alimentos, muitas vezes associado a períodos de doença ou flutuações climáticas sazonais⁽³⁴⁾.

Visto que todas as pessoas que passam fome têm IA, mas nem todas as pessoas em IA passam fome, também é de extrema importância avaliar a severidade de IA nos indivíduos. Esta informação é particularmente pertinente para avaliar as populações inseguras com necessidade de assistência e apoio mais urgente ⁽³⁴⁾.

A preocupação em não ter comida suficiente é frequentemente a primeira experiência de IA, seguida da diminuição qualitativa da alimentação e por último a redução quantitativa de alimentos (figura 3), que podem culminar efetivamente na experiência física de fome (sensação desconfortável e dolorosa causada pela falta involuntária e recorrente de alimentos)^(34, 35).

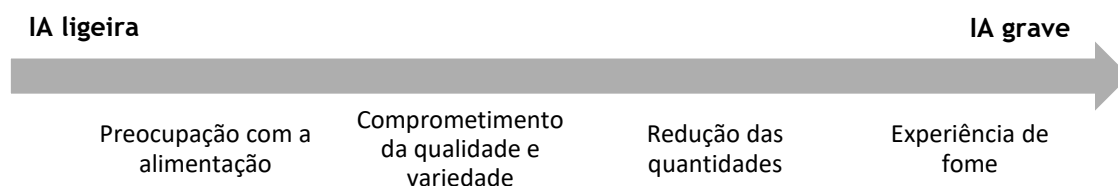


Figura 3 - Gradiente de severidade alimentar

4.2 Prevalência de Insegurança Alimentar

Paralelamente ao aumento destas migrações forçadas, a IA(IA), também tem aumentado por todo o mundo, no qual os grupos mais vulneráveis, se encontram particularmente suscetíveis^(36, 37).

Segundo o ACNUR, em outubro de 2022 , 828 milhões de pessoas passavam fome no mundo, mais do dobro comparativamente com os dois anos anteriores, sendo este tema colocado novamente como prioridade a nível mundial⁽³⁸⁾.

O segundo objetivo dos 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável é “Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável”⁽³⁹⁾. A prevalência da IA moderada ou grave corresponde a um indicador utilizado para avaliar a concretização das metas estabelecidas para este objetivo⁽³⁹⁾. Em Portugal, segundo os dados de 2022, 4,1% da população encontrava-se em situação de IA moderada ou grave⁽⁴⁰⁾.

Apesar de as metas terem sido traçadas até 2030, os efeitos prolongados da pandemia COVID-19 e as consequências económicas que advieram com a guerra da Ucrânia, têm piorado a situação da SA e com isso prejudicado o progresso para a concretização deste objetivo⁽⁴¹⁾. Dados de 2022, indicam que aproximadamente 29,6% da população mundial apresentavam IA moderada ou grave, valor relativamente mais elevado que o 25,3% de prevalência de IA obtida antes da pandemia COVID-19⁽⁴²⁾.

Nesse mesmo ano, o Relatório Global sobre Crises Alimentares estimou que 258 milhões de pessoas (22,7% da população da população analisada em 58 países) estavam em situação de IA aguda e precisavam de assistência alimentar urgente⁽²³⁾. Este é o número mais alto registado dos últimos 7 anos e aumento pelo quarto ano consecutivo⁽²³⁾. Os países com uma taxa maior de IA aguda foram a Republica Democrática do Congo, Etiópia, Afeganistão e Iémen⁽²³⁾.

4.3 Insegurança Alimentar em Refugiados

A IA corresponde a uma causa e consequência marcante da migração forçada e constitui um problema emergente de saúde pública global, uma vez que juntamente com o aumento dos deslocamentos populacionais, também amplia o número de doenças crónicas e nutricionais^(38, 43). Efetivamente, o estatuto de refugiado, especialmente quando combinado com uma cultura e língua diferente, encontra-se associado com a IA⁽⁴⁴⁾.

Em 2022, cerca de 19,7 milhões de refugiados e requerentes de asilo foram hospedados em 55 dos 58 países/territórios identificados com crises alimentares, bastante superior comparativamente com o valor identificado em 2021 de 15,3 milhões⁽²³⁾. Por outro lado, até ao final de 2021, 82% dos deslocados internos e

67% das pessoas refugiadas e requerentes de asilo no mundo também eram provenientes de países com crises alimentares, das quais 40% foram hospedados em países que enfrentavam a mesma crise⁽²³⁾.

De salientar que os refugiados acolhidos em países desenvolvidos também possuem uma elevada taxa de IA. Uma revisão sistemática realizada em 2020, encontrou uma prevalência de IA entre 40% a 71% em refugiados estabelecidos em países desenvolvidos⁽⁴⁴⁾. Tal como noutros estudos, a IA em refugiados foi superior quando comparada com a IA da restante população do país de acolhimento ⁽⁴⁴⁻⁴⁶⁾. Alguns estudos, realizados em países desenvolvidos, indicam também que a prevalência de IA nos migrantes é maior nos primeiros anos de chegada ao país de acolhimento e que ao longo do tempo, a prevalência tem tendência a diminuir lentamente e aproximadamente após 10 anos tende a ser semelhante ao da restante população ^(47, 48).

4.4 Fatores associados com a Insegurança Alimentar

A Segurança Alimentar (SA) é uma questão complexa e deve considerar tanto os fatores sociodemográficos, económicos e culturais que os refugiados enfrentam⁽⁴⁹⁻⁵⁷⁾.

4.4.1 Fatores sociodemográficos e económicos

Vários estudos já relacionaram as características sociodemográficas com a IA. A IA parece estar relacionada com o género, idade, nível de educação, estado civil, famílias numerosas e com filhos⁽⁵⁸⁻⁶⁰⁾.

É importante dar ênfase ao gênero visto que em muitas culturas, as mulheres são frequentemente responsáveis pela confecção das refeições para a família⁽⁶¹⁾. Sabe-se também, que é o gênero feminino o mais propenso a reduzir a ingestão e o tamanho das porções que ingere para que a restante família possa ter o suficiente para comer^(49, 61).

Tal como mencionado anteriormente, a IA alimentar também difere consoante as regiões do mundo. Tanto na África a Sul do Sara como no Sul da Ásia, a fome é considerada grave⁽⁶²⁾.

As condições económicas temporais, como o rendimento, o custo da alimentação, a situação profissional e a estabilidade habitacional são dimensões que influenciam a IA em todos os grupos populacionais, com particular importância nos refugiados⁽⁵⁰⁾. Estes, são fatores centrais da IA visto que a alteração de um irá influenciar os outros⁽⁵⁰⁾.

Especificamente a estabilidade habitacional e o rendimento são amplamente reconhecidos como a base da resiliência da SA^(50, 56). Para os refugiados, esses fatores são particularmente importantes visto que vários são os casos que têm de mudar de casa com alguma frequência nos primeiros anos, o que pode prejudicar a familiaridade com o ambiente alimentar local⁽⁵¹⁾.

4.4.2 Fatores culturais

Fatores relacionados com as diferenças culturais, como práticas alimentares culturais, a confiança de circulação nos sistemas transportes e nos sistemas alimentares locais, conhecimento do idioma e competências culinárias no ambiente local também são fatores que se encontram relacionados com a IA⁽⁵⁰⁾.

Práticas alimentares resultantes de padrões culturais e crenças religiosas dos refugiados podem estar comprometidas no país de acolhimento, pela diminuição do nível de acesso a alimentos e padrões alimentares familiares^(50, 52, 53). A facilidade de acesso ao transporte público ou privado pode influenciar a disponibilidade dos alimentos e a falta de confiança na segurança dos alimentos locais, mesmo dos que lhes são familiares pode constituir um fator de preocupação nos refugiados^(50, 52, 55, 57). A falta de proficiência do idioma pode prejudicar a aquisição de alimentos ao dificultar, por exemplo, a capacidade de encontrar os alimentos pretendidos e o acesso aos transportes^(50, 54, 57). Por último, a falta de competências a cozinhar nos ambientes locais, quer por motivos de diminuição de tempo, como pela falta de familiaridade com as instalações, a utilização dos utensílios e de preparação de alimentos locais também pode impactar a alimentação^(50, 55).

Objetivos

Objetivo geral:

Avaliar a prevalência de IA em refugiados recém-chegados a Portugal e determinar os seus principais fatores associados.

Objetivos específicos:

- Determinar a prevalência de IA da amostra nos últimos 12 meses.
- Comparar a IA antes e a IA depois de chegar a Portugal;
- Determinar a associação das características sociodemográficas e económicas com a IA;

-Determinar as principais dificuldades sentidas pelos refugiados na obtenção/ingestão de alimentos e determinar a sua associação com a IA.

Hipóteses:

Tendo em conta estes objetivos, as hipóteses desenvolvidas foram:

H1: A prevalência de IA é maior nos refugiados do que na população nativa portuguesa;

H2: As características sociodemográficas (género, idade, nacionalidade, estado civil, acompanhantes; tempo de permanência em Portugal) e económicas (preço dos alimentos) encontram-se relacionadas com a IA.

H4: Fatores culturais (práticas alimentares culturais, confiança de circulação nos sistemas transportes e nos sistemas alimentares locais, conhecimento do idioma e competências culinárias no ambiente local) encontram-se relacionados com a IA.

Metodologia

O presente estudo, tendo em conta os objetivos, é observacional, descritivo, transversal e retrospectivo.

Primeiramente, foi realizado um pré-teste, em março de 2023, com uma população de refugiados ao abrigo das instalações do Seminário do Bom Pastor, em Ermesinde, com o intuito de verificar a duração da aplicação do questionário, testar a compreensão e adequabilidade do mesmo (principalmente das questões elaboradas pela investigadora) e verificar a necessidade de ajustes. Foi aplicado o questionário individualmente a 6 refugiados e realizado um grupo focal com 5. Após os respetivos ajustes ao questionário, os dados a analisar foram obtidos no CPR. O CPR é uma organização não governamental constituída em 1991 e que tem

como objetivos garantir o acesso à proteção internacional aos requerentes de asilo e capacitar esta população para a sua integração no país. Possui 3 centros de acolhimento transitório no distrito de Lisboa, um dos quais é destinado exclusivamente a crianças, que não foi incluído no presente estudo⁽⁶³⁾. Dos 2 centros onde foi realizado o estudo, o centro de acolhimento para refugiados 1 (CAR1) acolhe e integra requerentes de asilo, que podem ou não vir a serem considerados refugiados e o CAR 2 acolhe refugiados que chegam a Portugal ao abrigo de programas de Reinstalação e programas humanitários.

De forma a tornar a leitura dos resultados menos exaustiva, será mencionado daqui para a frente apenas o termo refugiado, ao qual também se refere aos requerentes de asilo que ainda não obtiveram o estatuto.

- População e amostra

A população deste estudo foi composta por refugiados recém-chegados a Portugal. A amostra foi constituída por 65 refugiados ao abrigo de 2 centros de acolhimento para refugiados do CPR. A dimensão da amostra dependeu do número de refugiados adultos inseridos nos 2 CAR do CPR, presentes na instituição aquando dos momentos de recolha de dados e que aceitaram participar no estudo (figura 4).

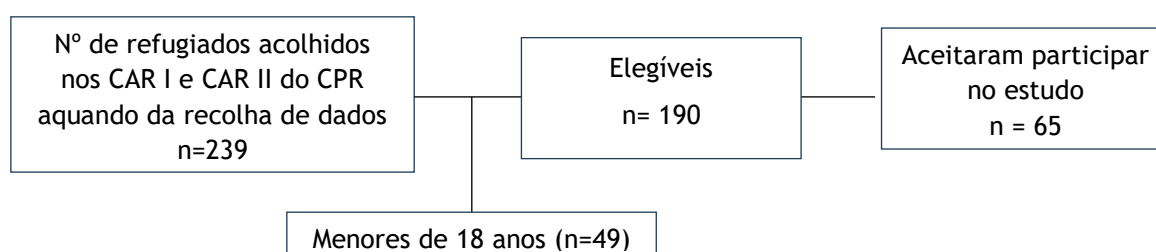


Figura 4 - Diagrama de seleção de participantes no estudo

O tipo de amostragem foi não probabilístico e por conveniência, uma vez que a escolha dos elementos que a compõem apenas teve de obedecer aos critérios de inclusão e exclusão mencionados seguidamente:

- Critérios de inclusão: refugiados ao abrigo do CAR I e CAR II do CPR;
- Critérios de exclusão: menores de 18 anos.

- Técnicas e instrumentos de recolha de dados

A obtenção dos dados foi efetuada com recurso à aplicação de um questionário, a cada participante no estudo, através de uma entrevista estruturada. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas.

A recolha de dados decorreu entre os meses de abril e julho, em dias definidos de acordo com a disponibilidade da investigadora, a disponibilidade dos centros de acolhimento para ter as entrevistas a decorrer e a disponibilidade dos respetivos intérpretes.

Nos casos em que os participantes falavam português ou inglês, a realização da entrevista foi realizada apenas pela investigadora. Nos restantes casos, juntamente com a investigadora esteve presente um intérprete a auxiliar. No total o CPR disponibilizou 3 intérpretes: um para os casos de refugiados que falavam francês, um para os casos de refugiados que falavam árabe e outro para os casos que falavam farsi.

O questionário aplicado (Anexo A), encontra-se dividido em 3 partes. A primeira parte consiste na recolha de informação sociodemográfica, a segunda parte na aplicação do questionário de análise da IA e a terceira corresponde a um conjunto de questões adicionais elaboradas pela investigadora que pretende avaliar os motivos que levaram à diminuição da ingestão de alimentos. O questionário foi

escrito quer em português, inglês e francês. Foi utilizada a versão já previamente traduzida da escala de IA.

1. Informação sociodemográfica

A informação sociodemográfica recolhida consiste na idade, género, nacionalidade, situação de emprego, número de acompanhantes e respetivas idades e tempo de permanência em Portugal.

2. Avaliação da Insegurança Alimentar

A avaliação da IA foi realizada através da escala Escala de Experiência da Insegurança Alimentar (*Food Insecurity Experiencie Scale - FIES*), desenvolvida pela FAO. A FIES é considerada a medida mais comum para avaliar a IA a nível individual, foi aplicada em mais de 140 países e está disponível em mais de 200 idiomas em todo o mundo^(64, 65).

A FIES contém 8 questões fechadas, com possibilidade de resposta sim, não, não sabe e prefere não responder/recusou. O conjunto dos itens, compõem uma escala estatística que nos indica a severidade de IA, com pontuações mais baixas a corresponderem a níveis menos severos de IA⁽⁶⁶⁾.

Foi usada a escala de nível individual, com as questões referentes aos últimos 12 meses. Em cada questão da FIES, foi questionado se a resposta foi referente ao período anterior ou posterior à chegada a Portugal, ou se referente a ambos os casos, para depois ser possível fazer a distinção entre os dois períodos.

Devido à dimensão reduzida da amostra ($n < 100$) foi apenas usado a pontuação final da escala para posicionar os refugiados nos diferentes níveis de IA. A pontuação final é o somatório das respostas afirmativas⁽⁶⁶⁾:

- Segurança alimentar = 0 pontos
- Insegurança Alimentar ligeira = 1 a 3 pontos
- Insegurança Alimentar moderada = 4 a 6 pontos
- Insegurança Alimentar grave = 7 a 8 pontos

3. Questões Adicionais

Para avaliar os fatores que levaram os refugiados a diminuir a ingestão de alimentos, foram realizadas 6 questões adicionais pela investigadora, de escolha múltipla, cuja última questão também permite uma resposta aberta. As primeiras 5 questões pretendem avaliar se, desde que está em Portugal, o refugiado deixou de comer ou se comeu menos do que achou que devia devido: práticas alimentares culturais, falta de confiança de circulação nos sistemas transportes e vias locais para obter alimentares, barreira linguística, falta de competências culinárias em cozinhar com os alimentos locais; preço dos alimentos. A sexta questão permite saber se existem outros motivos e em caso positivo é solicitado que os indique.

- Considerações éticas

Para a realização deste estudo, a aprovação da Comissão de Ética da Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto foi obtida antes do início de qualquer procedimento do estudo (Parecer nº 70/2022/CEFCNAUP/2022).

Quer na instituição onde foi realizado o pré-teste, quer na instituição onde foi realizado o estudo (CPR), foram realizadas numa fase inicial reuniões com representantes das mesmas, com o intuito de explicar o projeto e solicitar

autorização para o seu desenvolvimento, nas quais foi obtido o consentimento informado pelos respectivos diretores (Anexo B e C).

Apenas foram obtidos os dados aos participantes que aceitaram participar no estudo através da entrega do consentimento informado por escrito, com toda a informação acerca do projeto. Devido às diferentes nacionalidades existentes, os consentimentos informados foram escritos em ucraniano (no caso do pré-teste), português, inglês e francês (Anexo D e E). Para os refugiados que apenas falavam árabe ou farsi, visto não ter sido possível a realização da tradução dos mesmos, os intérpretes procederam à sua tradução oral e foi obtida na mesma a assinatura dos participantes.

Foi garantido o anonimato de todos os participantes.

- Tratamento e análise de dados

A análise estatística dos dados foi realizada com recurso ao software SPSS® *Statistical Package for Social Sciences* (IMB®, versão 29 para Windows).

Devido ao reduzido número da amostra e para facilitar a análise, algumas categorias foram agrupadas: idade (18-24 anos; 25-34 anos; 35-44 anos; >45anos); nível de educação (sem escolaridade, ensino básico, ensino secundário, ensino universitário (qualquer grau)), acompanhantes (com/sem), menores (com/sem), tempo de permanência em Portuga (< 1mês; [1-3meses]; [3 a 6 meses]; <6 meses). Na análise descritiva, foram obtidas as frequências absolutas e relativas para as diferentes variáveis qualitativas, bem como a média, valores mínimos e máximo e desvio padrão para as variáveis quantitativas.

Para comparar a prevalência de IA moderada a IA grave entre os refugiados e a população portuguesa foi utilizado o teste de proporções e para avaliar a

pontuação de IA antes de chegar a Portugal e depois de chegar a Portugal foi utilizado o teste t para amostras emparelhadas.

O teste qui-quadrado de independência foi utilizado para testar a relação entre diferentes variáveis (sociodemográficas, económicas e culturais) e a IA. Valores de prova inferiores a 5% foram considerados estatisticamente significativos.

Para analisar a associação entre as características sociodemográficas dos refugiados e a IA, foram utilizados os valores de IA dos últimos 12 meses. Para analisar a associação entre os fatores mencionados como responsáveis pela diminuição do consumo dos alimentos pelos refugiados em Portugal e a IA, foram usados os valores de IA obtidos para desde que estão em Portugal.

Resultados

- Caracterização da amostra

As características sociodemográficas da amostra encontram-se descritas na tabela 1.

Neste estudo, foram realizadas no total 65 entrevistas, 40 no CAR I e 25 no CAR II. Os participantes eram na maioria do género masculino (73,8%), com idades compreendidas entre os 18 e os 57 anos (média = 32,56 e desvio padrão = 8,8 anos). Participaram refugiados de 22 nacionalidades diferentes. De acordo com o continente de origem, 55,4% dos participantes eram africanos, 40% asiáticos e 4,6% americanos. O maior número de participantes eram do Irão (18,5%) seguido da Gâmbia (15,4). Os países de nacionalidade com menor número de participantes foram o Afeganistão, Burkina Faso, Etiópia, Geórgia, Guiné, Índia, Mauritânia, Palestina, República Dominicana, Somália e Zimbabué, com apenas 1 elemento cada. No que diz respeito ao nível de escolaridade, o nível de ensino mais

prevalente foi o ensino secundário (40%) e apenas 10,8% não tinham nenhum grau de instrução. A maioria era solteiro (56,9%) e tinha vindo para Portugal sozinho, (56,9%). O número de acompanhantes variou entre 0 a 9 (média = 1,26 e desvio padrão = 2,033) e o número de acompanhantes menores variou entre 0 e 8 (média=0,61 e desvio padrão=1,518). Ao analisar o tempo de permanência em Portugal, verificou-se que a maioria estava no país à menos de 3 meses (83,1%).

Tabela 1 - Características socioeconómicas e demográficas da amostra (n=65)

		N	%
Centro de acolhimento	CAR I	40	61,5
	CAR II	25	38,5
Género	Feminino	17	26,2
	Masculino	48	73,8
Idade	18-24	17	26,2
	25-34	20	30,8
	35-44	22	33,8
	>45	6	9,2
Continente	África	36	55,4
	Ásia	26	40
	América	3	4,6
País de nacionalidade	Afeganistão	1	1,5
	Angola	8	12,3
	Burkina Faso	1	1,5
	Congo	2	3,1
	Equador	2	3,1
	Etiópia	1	1,5
	Gâmbia	10	15,4
	Geórgia	1	1,5
	Guiné	1	1,5
	Índia	1	1,5
	Irão	12	18,5
	Iraque	6	9,2
	Marrocos	4	6,2
	Mauritânia	1	1,5
	Nigéria	4	6,2
	Palestina	1	1,5
	Paquistão	2	3,1
	República Dominicana	1	1,5
	Senegal	2	3,1
	Síria	2	3,1
	Somália	1	1,5
	Zimbabué	1	1,5
Situação de emprego	Desempregado	65	100
Escolaridade	Sem escolaridade	7	10,8
	Ensino básico	20	30,8
	Ensino Secundário	26	40
	Ensino Universitário	12	18,5
Estado civil	Solteiro	37	56,9

	Casado	23	35,4
	Divorciado	4	6,2
	Viúvo	1	1,5
Veio sozinho para Portugal?	Sim	37	56,9
	Não	28	43,1
Nº de acompanhantes	1	8	28,6
	2	5	17,9
	3	9	32,1
	4 ou mais	6	21,4
Dos quais menores de 18 anos?	1	11	61,1
	2	3	16,7
	3	2	11,1
	4 ou mais	2	11,1
Tempo em Portugal	< 1 mês	26	40
	1-3 meses	28	43,1
	3-6 meses	6	9,2
	>6 meses	5	7,7

- Avaliação de Insegurança Alimentar

Ao analisar cada questão da FIES (tabela 2), verificou-se que a questão que teve um maior número de respostas afirmativas foi a questão 3 e a que obteve um menor número de questões afirmativas foi a questão 8.

Tabela 2: Distribuição das respostas pela escala de IA (FIES)

Nos últimos 12 meses, houve algum momento em que por falta de dinheiro ou outros meios ...	Sim	
	N	%
1. Teve preocupação de não ter comida suficiente para comer?	37	56,9
2. Não conseguiu consumir comida saudável e nutritiva?	34	52,3
3. Consumiu apenas alguns tipos de comida/alimentos?	44	67,7
4. Deixou de fazer alguma refeição?	38	58,5
5. Comeu menos do que achou que devia?	43	66,2
6. Ficou sem comida em sua casa?	30	46,2
7. Sentiu fome, mas não comeu?	35	53,8
8. Ficou um dia inteiro sem comer?	17	26,2

Na amostra analisada, a média da pontuação obtida através da aplicação da FIES foi de 4,28 (desvio padrão = 2,713), com um mínimo de 0 pontos e um máximo de 8 pontos.

Dos participantes entrevistados, 87,7% (IC95%: 78,1% a 94%) apresentavam IA nos últimos 12 meses e apenas 12,3% (IC95%: 4,6% a 20,3%) estavam em situação de SA. Das 4 categorias, a mais prevalente foi “IA moderada” (33,8%, IC95%: 24,3% - 44,6%) (Figura 5).

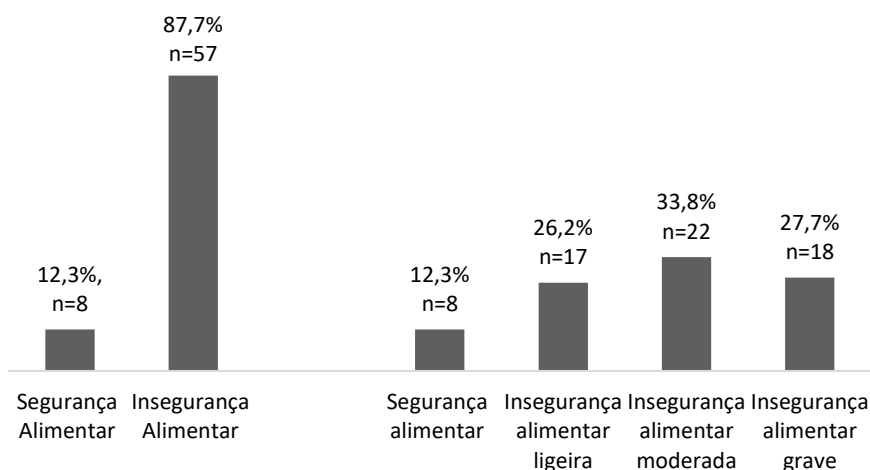


Figura 5. Distribuição da amostra por categorias de SA/IA

É possível também afirmar que a prevalência de IA moderada ou grave na amostra estudada (61,5%, IC95%: 49,4% a 72,4%) é bastante superior à prevalência de IA moderada ou grave na população portuguesa (4,1%), obtida pelo Instituto Nacional de Estatística em 2022, e que a sua diferença é estatisticamente significativa ($p < 0,001$).

A pontuação média obtida antes de chegar a Portugal foi de 2,68 (desvio padrão = 2,905) e depois de chegar a Portugal aumentou para 2,80 (desvio padrão=2,89), ambas com um valor mínimo de 0 e máximo de 8. Contudo, esta alteração não é estatisticamente significativa ($p=0,397$).

- Associação entre as Características Sociodemográficas e a Insegurança Alimentar (12 meses)

Ao se realizar a análise da associação entre as características sociodemográficas pelas categorias de SA e IA e pelas subcategorias de IA (IA ligeira, IA moderada e IA grave), não se verificaram as condições necessárias para a aplicação do teste estatístico qui-quadrado da independência. Assim, não é apresentado o valor de prova, visto que neste caso não apresenta uma avaliação confiável.

Verificou-se que em todas as subcategorias sociodemográficas, o maior número de participantes se encontrava no grupo de IA, com exceção para a análise do continente de origem. Neste, verificou-se que o continente americano apresenta um maior número de elementos em SA, contudo o número de elementos referentes a este é muito baixo ($n=3$).

Tanto em ambos os géneros, como quer nos solteiros como nos casados e com ou sem acompanhantes/menores, independentemente do tempo de permanência em Portugal, a amostra se distribui de forma semelhante pelos grupos de IA. Nas restantes categorias também se verificam distribuições semelhantes, mas pode-se afirmar que no caso da idade, o grupo etário dos 35 aos 44 anos é aquele que possui uma maior proporção de indivíduos em IA grave e os países africanos possuem também maior número de participantes na mesma categoria. O maior número de indivíduos com algum nível de escolaridade encontra-se em IA moderada.

Tabela 3 - Distribuição das características sociodemográficas pelos níveis de IA (12 meses).

		SA/IA				Níveis de IA					
		SA		IA		IA ligeira		IA moderada		IA grave	
		n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Género	Feminino	2	11,9	15	88,2	5	29,4	4	23,5	6	35,3
	Masculino	6	12,5	42	87,5	12	25	18	37,5	12	25
Idade	18-24	3	17,6	14	82,4	5	29,4	7	41,2	4	11,8
	25-34	2	10	18	90	5	25	7	35	6	30
	35-44	2	9,1	20	90,9	5	22,7	6	27,3	9	40,9
	>45	1	16,7	5	83,3	2	33,3	2	33,3	1	16,7
Continente	Africano	3	11,5	23	88,5	5	19,2	7	26,9	11	42,3
	Asiático	3	8,3	33	91,7	11	30,6	15	41,7	7	19,4
	Americano	2	66,7	1	33,3	1	33,3	0	0	0	0
Escolaridade	Sem escolaridade	1	14,3	6	85,7	2	28,6	0	0	4	57,1
	Básico	0	0	20	100	4	20	11	55	5	25
	Secundário	6	23,1	20	76,9	7	26,9	9	34,6	4	15,4
	Universitário	1	8,3	11	91,7	4	33,3	2	16,7	5	41,7
Estado Civil	Solteiro	5	13,5	32	86,5	8	21,6	15	40,5	9	24,3
	Casado	3	13	20	87	7	30,4	7	33,4	6	26,1
	Divorciado	0	0	4	100	2	50	0	0	2	50
	Viúvo	0	0	1	100	0	0	0	0	1	100
Veio sozinho para Portugal?	Sim	3	8,1	34	91,9	11	29,7	16	43,2	7	18,7
	Não	5	17,9	23	82,1	6	21,4	6	21,4	11	43,1
Menores de 18 anos	Sim	4	21,1	15	78,9	5	26,3	4	18	6	31,6
	Não	4	8,7	42	91,3	12	26,1	18	39,1	12	26,1
Tempo em Portugal	<1 mês	4	15,4	22	84,6	6	23,1	9	34,6	7	26,9
	1-3 meses	3	10,7	25	89,3	10	35,7	8	28,6	7	25
	3-6 meses	1	16,7	5	83,3	1	16,7	1	16,7	3	50
	>6 meses	0	0	5	100	0	0	4	80	1	20

- Fatores responsáveis pela diminuição de consumo de alimentos

As frequências absolutas e relativas das respostas às questões adicionais encontram-se descritas na tabela 5.

Quando questionados pelo motivo que os levou a diminuir o consumo de alimentos desde que chegaram a Portugal, o fator mais reportado foi o preço dos alimentos (64,6%), seguido de práticas alimentares diferentes da cultura do participante (29,2%). Dos motivos diretamente questionados (questão 1 a 5), o menos reportado foi a barreira linguística (15,4%).

Tabela 4: Motivos associados à diminuição da ingestão de alimentos em Portugal

Desde que está em Portugal, considera que já deixou de comer ou comeu menos do que achou que devia...	Sim	
	N	%
1. Por as práticas alimentares não irem ao encontro da sua cultura	19	29,2
2. Por falta de confiança em circular nos transportes públicos e vias locais para obter alimentos	13	20
3. Devido à barreira linguística	10	15,4
4. Devido à falta de competências em cozinhar com os alimentos locais	13	20
5. Devido ao preço dos alimentos	42	64,6
6. Outros motivos (resposta aberta)	18	27,7
6.1 Falta de dinheiro	10	15,4
6.2 Stress/ansiedade	6	9,2
6.3 Preço dos transportes	1	1,5
6.4 Distância ao centro da cidade	1	1,5
6.5 Desconfiança nos alimentos fornecidos	1	1,5
6.6 Cozinha partilhada	1	1,5

Na resposta aberta (questão 6), 18 participantes (27,7%) mencionaram haver outros motivos que os levaram a ingerir menos alimentos. Os mais mencionados foram a falta de dinheiro (15,4%) e as situações de stress/ansiedade (9,2%). O preço dos transportes, a distância ao centro da cidade, a desconfiança com os alimentos fornecidos e a partilha da cozinha, também foram mencionados como motivos pela diminuição de consumo de alimentos, ainda que referidos apenas uma vez.

Todas as respostas à questão aberta foram transcritas. Algumas respostas dos participantes consideradas mais pertinentes encontram-se apresentadas de seguida (tabela 6). Sempre que a resposta foi dada pelo intérprete, esta encontra-se devidamente identificada.

Tabela 5 - Transcrição das respostas à questão aberta “Desde que está em Portugal, considera que já deixou de comer ou comeu menos do que achou que devia por outros motivos? Se sim, quais?”

Falta de dinheiro (Apesar de na escala de IA todas as perguntas serem relacionadas com a falta de dinheiro, 10 participantes voltaram a mencionar esta questão).

- “Comeu menos porque o dinheiro acabou. Eles chegaram dia 13 ou 14 e ficaram sem dinheiro. São 10 pessoas e o dinheiro acaba rápido, agora têm de esperar para novo pagamento”. - Intérprete

- “Por vezes não temos dinheiro. Por exemplo, um amigo do meu marido enviou-nos dinheiro porque o nosso acabou e como tínhamos uma consulta, se ele não nos tivesse enviado, não conseguíamos ir”

- “Às vezes fico com medo, talvez não tenha dinheiro para comprar comida. Recebo 150€ o que dá 5€ por dia, é pouco. Eu só como uma vez por dia.”

- “O dinheiro que recebemos não é suficiente...às vezes como só duas vezes ao dia...é muito difícil”.

“No seu país o pai trabalhava e ele também recebia algum dinheiro para comprar comida, por isso a alimentação nunca foi um problema. Veio buscar proteção a Portugal porque o seu país teve um golpe de estado. As questões com a alimentação começaram só em Portugal... Com o dinheiro que recebem diz que não dá para comer 3 vezes ao dia.” - Intérprete.

Stress/ansiedade:

- “Falta de apetite. Principalmente no início, devido à mudança de lugar, por estar preocupado com outras coisas, devido ao stress...”

- “Não conseguem continuar a vida com dinheiro suficiente, por esse motivo também há algum stress associado... Deixam de comer por terem várias preocupações”. - Intérprete

Distância ao centro da cidade

“Como o tipo de alimentação é muito reduzido, para chegar ao Martim Moniz (local onde se cruza o maior número de etnias na cidade de Lisboa), no centro de Lisboa, tem que apanhar o autocarro e depois metro e demora muito tempo.” - Intérprete

Desconfiança nos alimentos fornecidos:

- “...talvez tenha algo que eu não possa comer”

Cozinha partilhada:

- “A cozinha tem muita gente, tem que ser tudo rápido, é muito condicionada...”

- Associação entre os Fatores Reportados e a Insegurança Alimentar (desde que chegaram a Portugal)

Ao analisar a associação entre os fatores culturais e económicos com a SA/IA, apenas se verificaram as condições necessárias para a aplicação do teste estatístico qui-quadrado da independência para a análise do fator “preço dos alimentos”.

Verifica-se que foi o grupo de IA que mais mencionou todos os fatores que os levaram a ingerir menos alimentos. Em todas as subcategorias de IA, houve uma maior proporção de pessoas que mencionaram o fator “preço dos alimentos” e verificou-se uma associação estatisticamente significativa entre este e a IA ($p < 0,001$).

Não foi efetuada a análise para o fator reportado “falta de dinheiro” na questão aberta, visto que este já se encontra analisado na FIES.

Tabela 6 - Distribuição dos motivos referidos como responsáveis pela diminuição da ingestão de alimentos em Portugal pelos níveis de IA (chegada a Portugal)

	SA/IA					Níveis de IA						
	SA		IA		p	IA Ligeira		IA Moderada		IA Grave		p
	N	%	N	%		N	%	N	%	N	%	
Práticas alimentares locais diferentes da cultura de origem	5	20,8	14	34,1	n.a	3	13,3	6	50	6	40	n.a
Falta de confiança em circular nos transportes públicos e vias locais	3	12,5	10	24,4	n.a	3	20	4	25	3	30	n.a
Barreira linguística	1	4,2	9	22	n.a	4	26,7	2	12,5	3	30	n.a
Falta de competências em cozinhar os alimentos locais	3	12,5	10	24,4	n.a	4	26,7	5	31,7	1	10	n.a
Preço dos alimentos	8	33,3	9	82,9	<0,001	11	73,3	14	87,5	9	90	<0,001
Stress/ansiedade	0	0	6	14,6	n.a	1	6,7	4	25	1	10	n.a
Preço dos transportes	0	0	1	2,4	n.a	0	0	1	6,3	0	0	n.a
Distância ao centro	0	0	1	2,4	n.a	0	0	1	6,3	0	0	n.a
Desconfiança nos alimentos	0	0	1	2,4	n.a	0	0	1	6,3	0	0	n.a
Cozinha partilhada	0	0	1	2,4	n.a	0	0	1	6,3	0	0	n.a

*p-value de acordo com o teste qui-quadrado

Discussão

O presente estudo avaliou a prevalência de IA e os seus fatores associados numa amostra de refugiados em Portugal à menos de um ano. Apesar do reduzido número de participantes, traz informações pertinentes neste tema ainda tão pouco estudado nesta população vulnerável.

A população analisada, quer na distribuição por género quer por idade, segue a tendência dos requerentes de asilo que deram entrada em Portugal em 2022, havendo um maior número de elementos do género masculino e com menos de 34 anos⁽¹⁶⁾.

Ao analisar a FIES por questão, verificou-se que não se obteve o padrão de respostas que seria expectável. Idealmente a prevalência de respostas “sim” deveria reduzir ao longo da escala visto que a severidade aumenta com a mesma⁽⁶⁷⁾. Apenas se verificou o expectável na última questão, que foi a que obteve um menor número de respostas, mas ainda assim, demonstra um considerável número de participantes que ficaram um dia inteiro sem comer.

Os dados desta análise demonstram a elevada prevalência de IA na população analisada. No mesmo seguimento, já vários foram os estudos que também identificaram uma elevada prevalência de IA alimentar nos refugiados ou noutros migrantes forçados^(44, 68-73). Tal foi verificado mesmo em países de alta renda. Por exemplo, nos Estados Unidos da América foi verificado que cerca de 85% de famílias de refugiados da Libéria sofriam de IA, na Noruega foi verificada uma prevalência de 93% de IA em requerentes de asilo e que no Canadá, 84% de famílias sírias também experienciavam IA^(60, 74, 75). Embora as ferramentas de análise de IA tenham sido diferentes, é possível identificar uma elevada prevalência generalizada de IA em refugiados nos diferentes países.

A elevada prevalência de IA encontrada também pode ser justificada por todos os refugiados estarem em Portugal à menos de um ano. Segundo um estudo realizado nos Estados Unidos da América, os refugiados enfrentaram níveis de IA mais elevados no primeiro ano de permanência no país⁽⁷¹⁾.

A prevalência de IA moderada ou grave foi bastante superior na população refugiada analisada comparativamente com a população portuguesa, em 2022, cujos dados foram obtidos através da aplicação da mesma ferramenta o que os torna de certa forma comparáveis⁽⁴⁰⁾. Este resultado segue a tendência encontrada noutros estudos em que a IA alimentar também foi superior na população migrante

comparativamente com a população de acolhimento^(60, 76-78). Exemplo de um país em que também foi verificado uma grande discrepância de valores de IA foi a Noruega (93%vs3%)⁽⁶⁰⁾. Contrariamente ao obtido na presente análise, um estudo realizado em Portugal não verificou uma diferença significativa de IA entre a população portuguesa e os imigrantes em geral⁽⁵⁸⁾. Tal nos indica que nos migrantes, os refugiados são particularmente vulneráveis à IA e uma maior prioridade deve ser dada a este grupo.

A IA entre antes e depois de chegar a Portugal foi idêntica. Tal pode ser justificado por, independentemente do contexto, existirem casos em que a IA aumenta, outros em que diminui e outros em que se mantém em ambas as situações. Por exemplo, através de uma das respostas à questão aberta, foi mencionado que no país de origem, a família tinha capacidades económicas para a obtenção de alimentos e que este só começou a ser um problema em Portugal, o que indica que o apoio monetário recebido em Portugal pode não ser suficiente para suprir todas as necessidades, tal como foi mencionado por outros participantes que exploraram este tema. De notar que o apoio monetário fornecido aos refugiados, 150€ no caso de adulto, tem de fazer face a todas as despesas e não se destina apenas à alimentação^(79, 80). Um participante chegou mesmo a mencionar que o dinheiro não chegou para uma consulta, tendo pedido apoio a um amigo.

Por outro lado, há casos em que os refugiados enfrentam situações de fome extremamente difíceis no país de origem, podendo justificar a diminuição da IA no país de acolhimento. Como exemplo, num estudo realizado nos Estados Unidos da América, refugiados da Libéria, em consequência da privação de alimentos no país de origem, relataram um aumento excessivo do consumo de alimentos⁽⁸¹⁾. Importa referir que para os refugiados, a experiência de IA também pode começar

antes da sua instalação no país de acolhimento final, visto que muitas são as vezes em que se mudam do seu país para um país de transição, onde já têm de enfrentar diversos desafios associados com a IA^(50, 52, 82, 83).

Apesar de na literatura ser encontrada associações entre características sociodemográficas e a IA, com os dados obtidos na presente análise, não é possível retirar conclusões relevantes acerca desta temática ^(44, 45, 49-57, 84). Em todas as subcategorias sociodemográficas, verifica-se uma elevada e semelhante prevalência de IA (exceto no continente americano), que pode ser justificado pelo baixo número de participantes da amostra com SA. Mesmo entre os diferentes níveis de IA, a amostra distribui-se de forma bastante semelhante. Por exemplo, no que diz respeito ao género, em vários estudos a IA foi superior nas mulheres, visto que por si só também já são um grupo vulnerável e no caso de terem família, tendem a priorizar o bem-estar dos restantes elementos ^(45, 49, 61, 85). Tal pode não se ter verificado na nossa amostra por esta ser composta maioritariamente por homens.

Uma rede interligada de fatores económicos e culturais também se encontram relacionados com a IA nos refugiados⁽⁵⁰⁾.

As condições económicas, como a situação de emprego, a estabilidade habitacional, o rendimento e o preço dos alimentos, influenciam a IA de um modo geral, mas têm particular importância nos refugiados⁽⁵⁰⁾. Apesar de não ter sido diretamente analisado, todos os refugiados no estudo estavam em situação de desemprego e instabilidade habitacional (visto estarem no CPR de forma transitória) o que pela elevada prevalência de IA na amostra, estes fatores poderão estar associados com a mesma, o que vai ao encontro com o verificado na literatura^(50, 71).

Dos refugiados com IA, o “preço dos alimentos” foi o motivo mais reportado o que também foi verificado noutros artigos^(50, 55). As crises económicas e consequentemente os preços constantemente mais elevados dos alimentos, dificultam o acesso (uma das dimensões da IA) das pessoas à alimentação e dificultam a capacidade fiscal dos governos a fornecerem assistência ^(23, 33). Num estudo realizado nos Estados Unidos da América, o preço dos alimentos foi a maior preocupação referida pelos migrantes e que como consequência chegavam a limitar algumas refeições e tipos de alimentos (como carne e fruta)⁽⁸⁶⁾.

Os fatores de aculturação dos refugiados, principalmente em países desenvolvidos, parecem desempenhar um papel significativo nas experiências vividas no país de acolhimento e influenciar a IA^(50, 86). As práticas alimentares culturalmente diferentes, a falta de competências em cozinhar os alimentos locais e falta de confiança em circular nos transportes públicos e vias locais para obter alimentos foram alguns fatores mencionados no presente estudo.

Importa salientar que o “stress/ansiedade” também foi mencionado como motivo para a diminuição da ingestão de alimentos, tal como já tinha sido mencionado noutros estudos⁽⁷⁸⁾. Um dos participantes chegou mesmo a mencionar que tal acontecia com mais frequência nos primeiros dias, por estar num local novo “principalmente no início, devido à mudança de lugar...”. O stress encontra-se interligado com outros fatores culturais, como a adequação cultural aos alimentos do país de acolhimento e à complexidade do sistema alimentar do próprio, tal como foi demonstrado num estudo realizado na Austrália⁽⁵²⁾.

Apesar dos resultados, amostras maiores serão necessárias para uma melhor avaliação das associações entre as características sociodemográficas, económicas e culturais com a IA nos refugiados em Portugal.

Limitações

Como já seria expectável, a barreira linguística foi um obstáculo durante o decorrer do estudo. Com o elevado número de nacionalidades dos participantes e consequentemente os diferentes idiomas falados, pode ter havido alguma dificuldade de compreensão por parte quer dos participantes e alguma informação perdida por parte da investigadora.

Devido à necessidade de intérpretes, os dias e horários para a realização das entrevistas estavam limitados à disponibilidade dos mesmos e compatibilidade horária da investigadora.

Outra limitação que se verificou foi o baixo número de adesão de potenciais participantes. O baixo número da amostra levou à impossibilidade de realizar certas associações estatísticas.

Conclusões

Este trabalho revela uma elevada prevalência de IA na população refugiada, sendo esta bastante superior à verificada na população portuguesa. A IA aumentou ligeiramente depois de chegar a Portugal, mas sem diferença estatisticamente significativa. Não foi encontrada nenhuma associação entre as características sociodemográficas e a IA. O preço dos alimentos foi o motivo mais mencionado para a diminuição de consumo de alimentos.

Apesar de mais estudos serem necessários para a obtenção de informações mais concretas, este trabalho evidência a necessidade de realização de intervenções nesta população-alvo, com vista a reduzir a elevada prevalência de IA.

Referências Bibliográficas

1. Oliveira CR. Requerentes e Beneficiários de Proteção Internacional em Portugal: Relatório Estatístico do Asilo 2022. 1º ed. Lisboa: Coleção Imigração em Números do Observatório das Migrações; 2022. Disponível em: <https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/1489887/Relat%C3%B3rio+Asilo+2022+OM.pdf/eba0bc61-c084-4407-b1c5-092229144248>.
2. Sironi; A, Bauloz; C, Emmanuel M. Glossary on Migration: International Migration Law. International Organization for Migration (IOM): Geneva; 2019.
3. Sousa L, Costa PM, Albuquerque R, Magano O, Bäckström B. Integração de refugiados em Portugal: O papel e práticas das instituições de acolhimento. Alto comissariado para as migrações, I.P. (ACM, I.P.) ed. Lisboa; 2021.
4. ONU. Convenção relativa ao estatuto dos refugiados (1951). In.; 1951. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf.
5. Costa PM, Sousa L. 40 Years of independence: Forced migration and asylum regimes in the PALOP (1975-2013). Cadernos de Estudos Africanos. 2018(35):89-108.
6. ONU. Protocolo de 1967 relativo ao estatuto dos refugiados. In.; 1967. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Protocolo_de_1967_Relativo_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf.
7. Arias CSG. Refugiados na União Europeia: Análise da Política Europeia para os Refugiados. Universidade Nova de Lisboa; 2017.
8. Africana Odu. Convenção da Organização da Unidade Africana que rege os aspectos específicos dos problemas dos refugiados em África. In.; 1969. Disponível em: https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/convencao_refugiados_oua.pdf.
9. ACNUR. Declaração de Cartagena. In.; 1984. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaracao_de_Cartagena.pdf.
10. República Dd. Lei n.º 23/2007 de 4 de Julho. 2007.
11. Eurocid. Política de Asilo. Disponível em: <https://eurocid.mne.gov.pt/politica-de-asilo>.
12. Migrações Olpa. 2009. Glossário sobre Migração;
13. Oliveira CRd. Entrada, Acolhimento e Integração de Requerentes e Beneficiários de Proteção Internacional em Portugal. Relatório Estatístico de Asilo. 2020.
14. Oliveira CR. Requerentes e Beneficiários de Proteção Internacional em Portugal. Relatório Estatístico do Asilo 2021. Lisboa: Coleção Imigração em Números do Observatório das Migrações; 2021.
15. EUAA. Relatório sobre o Asilo. Relatório Anual sobre a Situação do Asilo na União Europeia. 2022.
16. Oliveira CRd. Requerentes e Beneficiários de Proteção Internacional em Portugal: Relatório Estatístico do Asilo 2023. 2023.
17. Europeias JOdC. Diretiva 2001/55/CE do Conselho de 20 de Julho de 2001.
18. Lei n.º 26/2014, de 05 de Maio. Diário da República. 2014; 1º, nº85

19. ACNUR. UNHCR: Global displacement hits another record, capping decade-long rising trend. 2022. Disponível em: <https://www.unhcr.org/news/press/2022/6/62a9d2b04/unhcr-global-displacement-hits-record-capping-decade-long-rising-trend.html>.
20. UNHCR. Data and Statistics: Global Trend. 2022. Disponível em: https://www.unhcr.org/global-trends?_gl=1*e7gjd5*_rup_ga*ODU4NDgzNTQuMTY4NjI2MzczNA..*_rup_ga_EVDQTJ4LMY*MTY4Njg0MTAyOC4xMC4wLjE2ODY4NDEwMjguMC4wLjA.*_ga*OTU4NTA1NTY5LjE2ODU4MDkxMjA.*_ga_1NY8H8HC5P*MTY4Njg0MTAyOS4xMC4wLjE2ODY4NDEwMjkuMC4wLjA.#_ga=2.134310833.1741038512.1686841030-958505569.1685809120.
21. UNHCR. Global trends: Forced displacement in 2022. 2023.
22. ACNUR. Deslocamento forçado atinge novo recorde em 2022, e ACNUR pede ação conjunta. 2023. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2023/06/14/deslocamento-forcado-atinge-novo-recorde-em-2022-e-acnur-pede-acao-conjunta/>.
23. Network FSI. The Global Report on Food Crises 2023. Joint Analysis for Better Decisions. Rome; 2023.
24. ACNUR. Número de refugiados atinge nível recorde e ACNUR apela a uma ação concertada. 2023. Disponível em: <https://pt.euronews.com/2023/06/14/numero-de-refugiados-atinge-nivel-recorde-e-acnur-apela-a-uma-acao-concertada>.
25. Europarl.eu. Asilo e migração da UE. 2022. Disponível em: https://www.europarl.europa.eu/infographic/asylum-migration/index_pt.html#filter=2022.
26. refugiados Pdaa. A Crise dos Refugiados. Disponível em: <https://www.refugiados.pt/crise-dos-refugiados/>.
27. Europeu P. Reforma do Sistema Europeu Comum de Asilo. 2023. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/society/20170627STO78418/reformar-o-sistema-europeu-comum-de-asilo>.
28. Eurostat. Mais de 72.000 requerentes de asilo em abril de 2023. 2023. Disponível em: <https://ec.europa.eu/eurostat/web/products-eurostat-news/w/ddn-20230725-2>.
29. Portugal.gov.pt, . Dia Mundial do Refugiado: os números do acolhimento em Portugal. 2023. Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc23/comunicacao/noticia?i=dia-mundial-do-refugiado-os-numeros-do-acolhimento-em-portugal>.
30. Portugal.gov.pt. Dia Mundial do Refugiado: os números do acolhimento em Portugal. 2023. Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc23/comunicacao/noticia?i=dia-mundial-do-refugiado-os-numeros-do-acolhimento-em-portugal>.
31. SECURITY COWF. Coming to Terms with Terminology. In; Rome. Rome; 2012. Disponível em: <https://www.fao.org/3/MD776E/MD776E.pdf>.
32. Berry WPEM. The Concept of Food Security. In: Encyclopedia of Food Security and Sustainability. 2019. 2.
33. HLPE. Food security and nutrition: building a global narrative towards 2030. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security, . Rome; 2020. Disponível em: <https://www.fao.org/3/ca9731en/ca9731en.pdf>.

34. FAO. Food Security Information for Action: Practical Guides; 2008.
35. Borch A, Kjærnes U. Food security and food insecurity in Europe: An analysis of the academic discourse (1975-2013). *Appetite*. 2016; 103:137-47.
36. FAO, IFAD, UNICEF, WFP, WHO. The State of Food Security and Nutrition in the World (SOFI). In. Rome, Italy: FAO; 2021.
37. Saifee J, Franco-Paredes C, Lowenstein SR. Refugee Health During COVID-19 and Future Pandemics. *Curr Trop Med Rep*. 2021; 8(3):1-4.
38. ACNUR. Como o ACNUR responde à fome e insegurança alimentar de refugiados em meio à crise global. 2022. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2022/10/25/como-o-acnur-responde-a-fome-e-inseguranca-alimentar-de-refugiados-em-meio-a-crise-global/>.
39. INE. Objectivos de desenvolvimento sustentável - Agenda 2030. Indicadores para Portugal - 2015/2021. Instituto Nacional de Estatística IP. 2022.
40. INE. Objectivos de desenvolvimento sustentável - Agenda 2030. Indicadores para Portugal - 2015-2022. Lisboa; 2023.
41. WHO FIUW. The State of Food Security and Nutrition in the World 2022 Repurposing food and agricultural policies to make healthy diets more affordable. Rome, Italy; 2022.
42. FAO I, UNICEF, WFP and WHO. The State of Food Security and Nutrition in the World 2023. FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO;; 2023.
43. Guerra JVV, Alves VH, Rachedi L, Pereira AV, Branco M, Santos MVD, et al. Forced international migration for refugee food: a scoping review. *Cien Saude Colet*. 2019; 24(12):4499-508.
44. Mansour R, Liamputtong P, Arora A. Prevalence, Determinants, and Effects of Food Insecurity among Middle Eastern and North African Migrants and Refugees in High-Income Countries: A Systematic Review. *Int J Environ Res Public Health*. 2020; 17(19)
45. Omidvar N, Ghazi-Tabatabaie M, Sadeghi R, Mohammadi F, Abbasi-Shavazi MJ. Food insecurity and its sociodemographic correlates among Afghan immigrants in Iran. *J Health Popul Nutr*. 2013; 31(3):356-66.
46. Vu M, Raskind IG, Escoffery C, Srivanjarean Y, Jang HM, Berg CJ. Food insecurity among immigrants and refugees of diverse origins living in metropolitan Atlanta: the roles of acculturation and social connectedness. *Transl Behav Med*. 2020; 10(6):1330-41.
47. Girard A, Sercia P. Immigration and food insecurity: social and nutritional issues for recent immigrants in Montreal, Canada. *International Journal of Migration, Health and Social Care*. 2013; 9(1):32-45.
48. Nunnery DL, Dharod JM. Potential determinants of food security among refugees in the U.S.: an examination of pre- and post- resettlement factors. *Food Security*. 2017; 9(1):163-79.
49. Nisbet C, Lestrat KE, Vatanparast H. Food Security Interventions among Refugees around the Globe: A Scoping Review. *Nutrients*. 2022; 14(3)
50. Wood JM, Booth AO, Margerison C, Worsley A. What factors are associated with food security among recently arrived refugees resettling in high-income countries? A scoping review. *Public Health Nutr*. 2021; 24(13):4313-27.
51. Fozdar F, Hartley L. Refugee Resettlement in Australia: What We Know and Need to Know. *Refugee Survey Quarterly*. 2013; 32(3):23-51.
52. Kavian F, Mehta K, Willis E, Mwanri L, Ward P, Booth S. Migration, Stress and the Challenges of Accessing Food: An Exploratory Study of the Experience of

Recent Afghan Women Refugees in Adelaide, Australia. *Int J Environ Res Public Health*. 2020; 17(4)

53. Khakpour M, Iqbal R, GhulamHussain N, Engler-Stringer R, Koc M, Garcea J, et al. Facilitators and Barriers toward Food Security of Afghan Refugees Residing in Karachi, Pakistan. *Ecol Food Nutr*. 2019; 58(4):317-34.

54. McElrone M, Colby SE, Moret L, Kavanagh K, Spence M, Fouts HN, et al. Barriers and Facilitators to Food Security among Adult Burundian and Congolese Refugee Females Resettled in the US. *Ecol Food Nutr*. 2019; 58(3):247-64.

55. Terragni L, Garnweidner LM, Pettersen KS, Mosdøl A. Migration as a turning point in food habits: the early phase of dietary acculturation among women from South Asian, African, and Middle Eastern Countries living in Norway. *Ecol Food Nutr*. 2014; 53(3):273-91.

56. Vahabi M, Damba C, Rocha C, Montoya EC. Food insecurity among Latin American recent immigrants in Toronto. *J Immigr Minor Health*. 2011; 13(5):929-39.

57. Vatanparast H, Koc M, Farag M, Garcea J, Engler-Stringer R, Qarmout T, et al. Exploring food security among recently resettled Syrian refugees: results from a qualitative study in two Canadian cities. *International Journal of Migration, Health and Social Care*. 2020; 16(4):527-42.

58. Alarcão V, Guiomar S, Oliveira A, Severo M, Correia D, Torres D, et al. Food insecurity and social determinants of health among immigrants and natives in Portugal. *Food Security*. 2020; 12(3):579-89.

59. Drakoulidou P, Drayton B, Shepherd L, Mahrshahi S. Sociodemographic factors associated with food insecurity: data from the 2003-2014 New South Wales Population Health Survey. *Public Health Nutr*. 2020; 23(11):1857-67.

60. Henjum S, Morseth MS, Arnold CD, Mauno D, Terragni L. "I worry if I will have food tomorrow": a study on food insecurity among asylum seekers living in Norway. *BMC Public Health*. 2019; 19(1):592.

61. Grimaccia E, Naccarato A. Food Insecurity in Europe: A Gender Perspective. *Soc Indic Res*. 2022; 161(2-3):649-67.

62. Klaus von Grebmer JB, Miriam Wiemers, Tabea Schiffer, Asja Hanano, Olive Towe, Réiseal Ní Chéilleachair, Connell Foley, Seth Gitter, Kierstin Ekstrom, Heidi Fritschel Índice global da fome: Fome e sistemas alimentares em cenários de conflito. 2021.

63. CPR. 30 anos. Conselho Português para os Refugiados. Disponível em: <https://cpr.pt/>.

64. Allee A, Lynd LR, Vaze V. Cross-national analysis of food security drivers: comparing results based on the Food Insecurity Experience Scale and Global Food Security Index. *Food Security*. 2021; 13(5):1245-61.

65. Frongillo EA, Nguyen HT, Smith MD, Coleman-Jensen A. Food Insecurity Is Associated with Subjective Well-Being among Individuals from 138 Countries in the 2014 Gallup World Poll1234. *The Journal of Nutrition*. 2017; 147(4):680-87.

66. Ballard TJ, Kepple AW, Cafiero C. The Food Insecurity Experience Scale. Development of a Global Standard for Monitoring Hunger Worldwide. 2013

67. Nord M. Introduction to Item Response Theory Applied to Food Security Measurement. Basic Concepts, Parameters and Statistics. FAO: Rome; 2014.

68. Ghazal A, Bozoglu M. ASSESSMENT OF FOOD SECURITY STATUS OF REFUGEES IN TURKEY USING FAO'S FOOD INSECURITY EXPERIENCE SCALE. *Humanities & Social Sciences Reviews*. 2021; 9:517-29.

69. Saint Ville A, Francis-Granderson I, Bhagwandeem B, Mohammed M. Food insecurity in Venezuelan migrants in Trinidad and Tobago using the food insecurity experience scale. *Front Public Health*. 2022; 10:925813.
70. Dharod J, Croom J, Sady C. Dietary Intake, Food Security, and Acculturation Among Somali Refugees in the United States: Results of a Pilot Study. *Journal of Immigrant & Refugee Studies*. 2011; 9:82-97.
71. Hadley C, Zodhiates A, Sellen DW. Acculturation, economics and food insecurity among refugees resettled in the USA: a case study of West African refugees. *Public Health Nutr*. 2007; 10(4):405-12.
72. Sellen DW, Tedstone AE, Frize J. Food insecurity among refugee families in East London: results of a pilot assessment. *Public Health Nutr*. 2002; 5(5):637-44.
73. Gallegos D, Ellies P, Wright J. Still there's no food! Food insecurity in a refugee population in Perth, Western Australia. *Nutrition & Dietetics*. 2008; 65
74. Hadley C, Sellen D. Food security and child hunger among recently resettled Liberian refugees and asylum seekers: a pilot study. *J Immigr Minor Health*. 2006; 8(4):369-75.
75. Al-Kharabsheh L, Al-Bazz S, Koc M, Garcia J, Lane G, Engler-Stringer R, et al. Household food insecurity and associated socio-economic factors among recent Syrian refugees in two Canadian cities. *Border Crossing*. 2020; 10(2):203-14.
76. Brochmann G, Hagelund A, Borevi K, Jønsson H, Petersen K. Immigration Policy and the Scandinavian Welfare State 1945-2010. 2012
77. Huang X, King C. Food insecurity transitions and housing hardships: Are immigrant families more vulnerable? *Journal of Urban Affairs*. 2018; 40:1-15.
78. Quandt SA, Shoaf JI, Tapia J, Hernández-Pelletier M, Clark HM, Arcury TA. Experiences of Latino immigrant families in North Carolina help explain elevated levels of food insecurity and hunger. *J Nutr*. 2006; 136(10):2638-44.
79. Viegas SL. Refugiados de África e do Médio Oriente em Portugal: notas sobre o acesso à habitação e direito à cidade. *Cidades, Comunidades e Territórios*. 2022
80. Graça M. Respostas locais em tempos de crises globais: o Programa Municipal de Acolhimento de Refugiados na cidade de Lisboa (PMAR Lx). *Revista Migrações-Número Temático Mediação Intercultural, Observatório das Migrações (OM)*. 2018
81. Barcelos TdNd, Cavalcante JR, Faerstein E, Damião JdJ. Migração forçada, refúgio, alimentação e nutrição: uma revisão integrativa da literatura na perspectiva da segurança alimentar e nutricional. *Physis*. 2023
82. UNHCR. UNHCR Projected. Global Resettlement needs. 2020.
83. Aragón Gama AC, Infante Xibille C, Mundo Rosas V, Liu X, Orjuela-Grimm M. Relative Severity of Food Insecurity During Overland Migration in Transit Through Mexico. *J Immigr Minor Health*. 2020; 22(6):1118-25.
84. Tarasuk V, Fafard St-Germain A-A, Mitchell A. Geographic and socio-demographic predictors of household food insecurity in Canada, 2011-12. *BMC Public Health*. 2019; 19
85. Matheson J, McIntyre L. Women respondents report higher household food insecurity than do men in similar Canadian households. *Public Health Nutr*. 2014; 17(1):40-8.
86. Carney M, Krause K. Immigration/migration and healthy publics: the threat of food insecurity. *Palgrave Communications*. 2020; 6

Anexos

Índice de Anexos

Anexo A - Questionário em Português, Inglês e Francês

Anexo B - Autorização institucional do Seminário do Bom Pastor (pré-teste)

Anexo C - Autorização Institucional do Conselho Português para os Refugiados

Anexo D - Consentimento informado em Português e Ucrâniano (participantes pré-teste)

Anexo E - Consentimento Informado em português, inglês e francês
(participantes do estudo)

Anexo A - Questionário em Português, Inglês e Francês

ID: _____

Questionário I Versão Portuguesa

DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS

Idade:		Género:	Feminino ☐ Masculino ☐ Não binário ☐ Outro ☐
Nacionalidade:			
Situação de emprego:	Empregado(a) ☐ Desempregado(a) ☐ Estudante ☐ Reformado(a) ☐		
Nº de anos de escolaridade completados:			
Estado civil:	Solteiro(a) ☐ Casado(a) ☐ Divorciado(a) ☐ Viúvo(a) ☐		
Veio sozinho(a) para Portugal?	Sim ☐ Não ☐ Se não, quem veio consigo? Grau de parentesco e idade: _____		
Há quanto tempo está em Portugal?			

ESCALA DE EXPERIÊNCIA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR

Gostaria agora de lhe fazer algumas perguntas sobre comida. Nos últimos 12 meses, houve algum momento em que:		
1. Teve preocupação de não ter comida suficiente para comer, por falta de dinheiro ou outros meios?	Não	
	Sim	
	Não sabe	
	Recusou	
2. Continuando a pensar nos últimos 12 MESES, houve alguma altura em que não conseguiu consumir comida saudável e nutritiva, por falta de dinheiro ou outros meios?	Não	
	Sim	
	Não sabe	
	Recusou	
3. Consumiu apenas alguns tipos de comida/alimentos por falta de dinheiro ou outros meios?	Não	
	Sim	
	Não sabe	
	Recusou	
4. Deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro suficiente ou outros meios para obter comida?	Não	
	Sim	
	Não sabe	
	Recusou	
5. Continuando a pensar nos últimos 12 MESES, houve alguma altura em que comeu menos do que achou que devia, por falta de dinheiro ou outros meios?	Não	
	Sim	
	Não sabe	
	Recusou	
6. Ficou sem comida em sua casa por falta de dinheiro ou outros meios?	Não	
	Sim	
	Não sabe	
	Recusou	
7. Sentiu fome, mas não comeu, porque não tinha dinheiro ou outros meios para obter comida?	Não	
	Sim	
	Não sabe	
	Recusou	
8. Nos últimos 12 meses, houve alguma altura em que ficou um dia inteiro sem comer, por falta de dinheiro ou outros meios?	Não	
	Sim	
	Não sabe	
	Recusou	

- A cada questão que respondeu "sim", considera que foi antes ou depois de chegar a Portugal?
Ou em ambas as situações? (Caso não se aplique, avançar para a próxima página)

Antes	Questões	Depois	Questões	Ambos	Questões

QUESTÕES ADICIONAIS

Estas questões pretendem avaliar quais os fatores que poderão estar associados à insegurança alimentar.

Desde que está em Portugal, considera que:

1. Deixou de comer ou comeu menos do que achou que devia por as práticas alimentares locais não irem ao encontro da sua cultura? (ex: alimentos não permitidos na sua religião)

Sim ☐ Não ☐ Não sabe ☐ Recusa-se a responder ☐

2. Deixou de comer ou comeu menos do que achou que devia por falta de confiança em circular nos transportes públicos e vias locais para obter alimentos? (Já deixou de comer ou comeu menos do que achou que devia por não saber utilizar os transportes públicos e não se sentir à vontade em circular nas vias públicas?)

Sim ☐ Não ☐ Não sabe ☐ Recusa-se a responder ☐

3. Deixou de comer ou comeu menos do que achou que devia devido à barreira linguística? (a dificuldade em se comunicar numa língua que não é a sua já foi motivo para deixar de comer ou comer em menor quantidade do que achava que devia?)

Sim ☐ Não ☐ Não sabe ☐ Recusa-se a responder ☐

4. Deixou de comer ou comeu menos do que achou que devia devido à falta de competências culinárias para cozinhar com os alimentos locais? (A dificuldade em cozinhar alimentos que não são comuns na sua cultura já foi motivo para deixar de comer ou comer em menor quantidade do que achava que devia?)

Sim ☐ Não ☐ Não sabe ☐ Recusa-se a responder ☐

5. Deixou de comer ou comeu menos quantidade do que achou que devia devido ao preço dos alimentos?

Sim ☐ Não ☐ Não sabe ☐ Recusa-se a responder ☐

6. Deixou de comer ou comeu menos do que achou que devia por outros motivos?

Sim ☐ Não ☐ Não sabe ☐ Recusa-se a responder ☐

Se sim, porque que motivos?

ID: _____

Questionnaire I English Version

SOCIODEMOGRAPHIC DATA

Age:		Gender:	Female ☐ Male ☐ Non binary ☐ Other ☐
Nationality:			
Employment Status:	Employed ☐ Unemployed ☐ Student ☐ Retired ☐		
School years completed			
Marital Status:	Single ☐ Married ☐ Divorced ☐ Widow(er) ☐		
Did you come alone to Portugal?	Yes ☐ No ☐ I If not, who came with you? Parentage and age: _____		
How long have you been in Portugal?			

THE FOOD INSECURITY EXPERIENCE SCALE SURVEY MODULE (FIES-SM)

Now I would like to ask you some questions about food.	
During the last 12 months, was there a time when:	
1. You were worried you would run out of food because of a lack of money or other resources?	☐ No ☐ Yes ☐ Don't Know ☐ Refused
2. Still thinking about the last 12 MONTHS, was there a time when you were unable to eat healthy and nutritious food because of a lack of money or other resources?	☐ No ☐ Yes ☐ Don't Know ☐ Refused
3. You ate only a few kinds of foods because of a lack of money or other resources?	☐ No ☐ Yes ☐ Don't Know ☐ Refused
4. You had to skip a meal because there was not enough money or other resources to get food?	☐ No ☐ Yes ☐ Don't Know ☐ Refused
5. Still thinking about the last 12 MONTHS, was there a time when you ate less than you thought you should because of a lack of money or other resources?	☐ No ☐ Yes ☐ Don't Know ☐ Refused
6. Your household ran out of food because of a lack of money or other resources?	☐ No ☐ Yes ☐ Don't Know ☐ Refused
7. You were hungry but did not eat because there was not enough money or other resources for food?	☐ No ☐ Yes ☐ Don't Know ☐ Refused
8. You went without eating for a whole day because of a lack of money or other resources?	☐ No ☐ Yes ☐ Don't Know ☐ Refused

- For each question you answered "yes", do you consider that it was before or after arriving in Portugal? Or in both situations? (If not applicable, proceed to the next page)

Before	Questions	After	Questions	Both	Questions
--------	-----------	-------	-----------	------	-----------

ADDITIONAL QUESTIONS

These questions aim to assess which factors may be associated with food insecurity.

Since you are in Portugal, consider that:

1. Have you stopped eating or eaten less than you thought you should because local food practices do not match your culture? (e.g. foods not allowed in your religion)
 Yes ☐ No ☐ Don't Know ☐ Refuses to answer ☐

2. Have you stopped eating or eaten less than you thought you should due to lack of confidence in using public transport and local roads to obtain food? (Have you ever stopped eating or ate less than you thought you should because you don't know how to use public transport and don't feel comfortable walking on public roads?)
 Yes ☐ No ☐ Don't Know ☐ Refuses to answer ☐

3. Have you stopped eating or eaten less than you thought you should due to the language barrier? (Has the difficulty in communicating in a language that is not yours ever been a reason for you to stop eating or eat less than you thought you should?)
 Yes ☐ No ☐ Don't Know ☐ Refuses to answer ☐

4. Have you stopped eating or eaten less than you thought you should due to a lack of culinary skills to cook with local foods? (Has the difficulty in cooking foods that are not common in your culture ever been a reason to stop eating or eat less than you thought you should?)
 Yes ☐ No ☐ Don't Know ☐ Refuses to answer ☐

5. Have you stopped eating or eaten less than you thought you should due to the price of food?
 Yes ☐ No ☐ Don't Know ☐ Refuses to answer ☐

6. Have you stopped eating or eaten less than you thought you should for other reasons?
 Yes ☐ No ☐ Don't Know ☐ Refuses to answer ☐

If yes, for what reasons?

ID: _____

Questionnaire I Version Française

DONNÉES SOCIODÉMOGRAPHIQUES

Âge:		Sexe:	Féminin ☐ Masculin ☐ Non binaire ☐ Autre ☐ _____
Nationalité:			
Statut d'emploi:	Employé ☐ Sans emploi ☐ Étudiant ☐ À la retraite ☐		
Nombre d'années de scolarité complétées:			
État civil:	Seul ☐ Marié ☐ Divorcé ☐ Veuve ☐		
Es-tu venu seul au Portugal?	Oui ☐ Non ☐ I Si non, qui est venu avec vous ? Parenté et âge : _____		
Depuis combien de temps êtes-vous au Portugal ?			

ÉCHELLE D'EXPÉRIENCE D'INSÉCURITÉ ALIMENTAIRE

Maintenant, je voudrais vous poser quelques questions sur vos habitudes alimentaires. Y a-t-il eu, au cours de 12 derniers MOIS, des moments lors desquels _____ ?	
1. Vous avez été inquiet de ne pas avoir suffisamment de nourriture par manque d'argent ou d'autres ressources.	☐ Non ☐ Oui ☐ Ne sais pas ☐ Refuses
2. Toujours en pensant au derniers 12 MOIS, y a-t-il eu des moments lors desquels vous n'avez pas pu manger une nourriture saine et nutritive par manque d'argent ou d'autres ressources	☐ Non ☐ Oui ☐ Ne sais pas ☐ Refuses
3. Vous avez mangé une nourriture peu variée par manque d'argent ou d'autres ressources	☐ Non ☐ Oui ☐ Ne sais pas ☐ Refuses
4. Vous avez dû sauter un repas parce que vous n'aviez pas assez d'argent ou d'autres ressources pour vous procurer à manger	☐ Non ☐ Oui ☐ Ne sais pas ☐ Refuses
5. Toujours en pensant au derniers 12 MOIS, y a-t'il eu des moments lors desquels vous avez mangé moins que ce que vous pensiez que vous auriez dû manger à cause d'un manque d'argent ou d'autres ressources	☐ Non ☐ Oui ☐ Ne sais pas ☐ Refuses
6. Votre foyer n'avait plus de nourriture parce qu'il n'y avait pas assez d'argent ou d'autres ressources	☐ Non ☐ Oui ☐ Ne sais pas ☐ Refuses
7. Vous avez eu faim mais vous n'avez pas mangé parce qu'il n'y avait pas assez d'argent ou d'autres ressources pour vous procurer à manger	☐ Non ☐ Oui ☐ Ne sais pas ☐ Refuses
8. Au cours des 12 derniers MOIS, avez vous passé toute une journée sans manger par manque d'argent ou d'autres ressources ?	☐ Non ☐ Oui ☐ Ne sais pas ☐ Refuses

- Pour chaque question à laquelle vous avez répondu « oui », considérez-vous que c'était avant ou après votre arrivée au Portugal ? Ou dans les deux cas ? (Si non applicable, passez à la page suivante)

Avant	Questions	Après	Questions	Avant et Après	Questions

QUESTIONS SUPPLÉMENTAIRES

Ces questions visent à évaluer quels facteurs peuvent être associés à l'insécurité alimentaire.

Au cours des 12 derniers mois, considérez-vous que:

1. Vous avez cessé de manger ou vous avez mangé moins que vous pensiez devoir parce que les pratiques alimentaires locales ne correspondent pas à votre culture? (ex: aliments interdits dans votre religion)

Oui ☐ Non ☐ Ne sais pas ☐ Refuse de répondre ☐

2. Vous avez déjà sauté ou mangé moins que vous ne pensiez devoir en raison d'un manque de confiance dans l'utilisation des transports en commun et des routes locales pour vous procurer de la nourriture? (Avez-vous cessé de manger ou avez-vous mangé moins que vous ne pensiez devoir le faire parce que vous ne savez pas utiliser les transports en commun et que vous ne vous sentez pas à l'aise pour marcher sur la voie publique ?)

Oui ☐ Non ☐ Ne sais pas ☐ Refuse de répondre ☐

3. Vous avez déjà arrêté de manger ou mangé moins que vous pensiez devoir à cause de la barrière de la langue? (La difficulté à communiquer dans une langue qui n'est pas la vôtre a-t-elle déjà été une raison d'arrêter de manger ou de manger moins que ce que vous pensiez devoir ?)

Oui ☐ Non ☐ Ne sais pas ☐ Refuse de répondre ☐

4. Vous avez déjà sauté ou mangé moins que vous ne le pensiez en raison d'un manque de compétences culinaires pour cuisiner avec des aliments locaux? (La difficulté à cuisiner des aliments qui ne sont pas courants dans votre culture a-t-elle déjà été une raison d'arrêter de manger ou de manger moins que ce que vous pensiez devoir?)

Oui ☐ Non ☐ Ne sais pas ☐ Refuse de répondre ☐

5. Vous avez cessé de manger ou vous avez mangé moins que vous pensiez devoir à cause du prix des aliments?

Oui ☐ Non ☐ Ne sais pas ☐ Refuse de répondre ☐

6. Vous avez cessé de manger ou vous avez mangé moins que vous ne le pensiez devoir pour d'autres raisons?

Oui ☐ Non ☐ Ne sais pas ☐ Refuse de répondre ☐

Si oui, pour quelles raisons?

Anexo B - Autorização institucional do Seminário do Bom Pastor(pré-teste)

AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Exmo(a). Senhor(a) Presidente do Conselho de Administração da Obra Diocesana de Promoção Social:

Eu, Laura Adriana Pinto da Silva, aluna de mestrado em Nutrição Comunitária e Saúde Pública da Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto, solicito a sua autorização para a realização de um pré-teste para a minha dissertação de mestrado intitulada "Insegurança alimentar e fatores associados em refugiados recém-chegados a Portugal", com a orientação da Prof.ª Doutora Isabela Ottoni e coorientação da Prof.ª Doutora Sara Rodrigues, docentes do mesmo estabelecimento de ensino.

Apesar do número crescente de refugiados, não existem estudos em Portugal que avaliem a Insegurança Alimentar especificamente neste grupo populacional, de particular vulnerabilidade. Assim, este trabalho pretende fornecer informações sobre a prevalência de Insegurança Alimentar nos refugiados recém-chegados a Portugal e os seus principais fatores associados, que futuramente poderá constituir uma ferramenta útil no desenho de intervenções para esta população-alvo.

A obtenção dos dados será efetuada no Conselho Português para os Refugiados, com recurso à aplicação de um questionário a cada participante no estudo (maior de 18 anos), através de uma entrevista estruturada e com o auxílio de um intérprete. A realização do pré-teste tem como objetivo verificar a adequabilidade do questionário a ser aplicado. O mesmo terá que ser aplicado a um grupo de 5 a 6 elementos.

Apenas participarão no estudo os refugiados que fornecerem o consentimento informado e voluntário. Este terá toda a informação acerca do projeto, bem como a explicação da garantia da confidencialidade dos dados obtidos e a possibilidade de desistência do projeto a qualquer momento.

Informo ainda, que a realização deste estudo não irá acarretar quaisquer encargos financeiros para a instituição e que o mesmo foi aprovado pela comissão de ética da Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto.

DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Eu, Manuel Luís Leão Pacheco de Brito, abaixo assinado, Presidente do Conselho de Administração da obra Diocesana de Promoção Social, autorizo a realização do pré-teste para verificar a adequabilidade do questionário a ser aplicado na dissertação de mestrado "Insegurança alimentar e fatores associados em refugiados recém-chegados a Portugal" nesta instituição, a ser conduzida pela investigadora Laura Silva, aluna do mestrado em Nutrição Comunitária e Saúde Pública da Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto, com a orientação da Prof.ª Doutora Isabela Ottoni e coorientação da Prof.ª Doutora Sara Rodrigues, docentes do mesmo estabelecimento de ensino.

Declaro ainda que fui informado sobre as características e objetivos do estudo, bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual represento.

Porto, 29 de março de 2023

Manuel Brito

Assinado por: Manuel Luís Leão Pacheco de Brito
Num. de Identificação: 08576641
Data: 2023.03.29 16:23:02+01'00'



Anexo C - Autorização Institucional do Conselho Português para os Refugiados

AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Exmo. Senhor Presidente do Conselho Português para os Refugiados,

Eu, Laura Adriana Pinto da Silva, aluna de mestrado em Nutrição Comunitária e Saúde Pública da Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto, solicito a sua autorização para a realização no Conselho Português para os Refugiados a minha dissertação de mestrado intitulada “Insegurança alimentar e fatores associados em refugiados recém-chegados a Portugal”, com a orientação da Prof.^a Doutora Isabela Ottoni e coorientação da Prof.^a Doutora Sara Rodrigues, docentes do mesmo estabelecimento de ensino.

Apesar do número crescente de refugiados, não existem estudos em Portugal que avaliem a Insegurança Alimentar especificamente neste grupo populacional, de particular vulnerabilidade. Assim, este trabalho pretende fornecer informações sobre a prevalência de Insegurança Alimentar nos refugiados recém-chegados a Portugal e os seus principais fatores associados, que futuramente poderá constituir uma ferramenta útil no desenho de intervenções para esta população-alvo.

A obtenção dos dados será efetuada com recurso à aplicação de um questionário a cada participante no estudo (maior de 18 anos), através de uma entrevista estruturada e com o auxílio de um intérprete. Durante o decorrer do estudo, será necessário o apoio de colaboradores da instituição, nomeadamente no apoio na tradução linguística.

Apenas participarão no estudo os requerentes/beneficiários de proteção internacional que fornecerem o consentimento informado e voluntário. Este terá toda a informação acerca do projeto, bem como a explicação da garantia da confidencialidade dos dados obtidos e a possibilidade de desistência do projeto a qualquer momento.

Informo ainda, que a realização deste estudo não irá acarretar quaisquer encargos financeiros para a instituição e que será submetido um pedido de parecer à comissão de ética da Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto.

DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Eu, abaixo assinado, Mónica d'Oliveira Farinha, Presidente do Conselho Português para os Refugiados, autorizo a realização da dissertação de mestrado "Insegurança alimentar e fatores associados em refugiados recém-chegados a Portugal" nesta instituição, a ser conduzida pela investigadora Laura Silva, aluna do mestrado em Nutrição Comunitária e Saúde Pública da Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto, com a orientação da Prof.^a Doutora Isabela Ottoni e coorientação da Prof.^a Doutora Sara Rodrigues, docentes do mesmo estabelecimento de ensino.

Declaro ainda que fui informado sobre as características e objetivos do estudo, bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual represento.

Lisboa, 27 de outubro de 2022

Assinatura e carimbo do responsável institucional

Mónica Farinha



Anexo D - Consentimento informado em Português e Ucraniano (pré-teste)

CONSENTIMENTO INFORMADO

Título do estudo: Insegurança alimentar e fatores associados em refugiados recém-chegados a Portugal

O presente estudo surge no âmbito de um projeto de dissertação de mestrado em Nutrição Comunitária e Saúde Pública da Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto, a ser realizado pela aluna Laura Silva, com a orientação da Prof.^a Doutora Isabela Ottoni e coorientação da Prof.^a Doutora Sara Rodrigues, docentes do mesmo estabelecimento de ensino.

Este trabalho tem como objetivo fornecer informações sobre a prevalência de Insegurança Alimentar nos refugiados recém-chegados a Portugal e os seus principais fatores associados. A obtenção dos dados será efetuada com recurso à aplicação de um questionário a cada participante no estudo, através de uma entrevista estruturada e com o auxílio de um intérprete.

A sua participação neste pré-teste, que será muito valorizada, irá contribuir para o aumento do conhecimento nesta área. Não existem riscos expectáveis associados à participação no estudo.

A participação no estudo é estritamente voluntária. Caso decida participar, pode interromper a sua participação em qualquer momento sem ter de prestar qualquer justificação.

O anonimato e a confidencialidade do “armazenamento” e tratamento de dados serão garantidos. Os dados obtidos destinam-se apenas a tratamento estatístico e serão usados exclusivamente para o presente estudo. Nenhuma resposta será analisada ou reportada individualmente e em nenhum momento do estudo precisa de se identificar.

Caso pretenda contactar a responsável pelo estudo para esclarecer alguma dúvida poderá fazê-lo através do seguinte endereço de email: up202102886@up.pt. A divulgação dos resultados do trabalho será feita a partir da dissertação pública da tese e através da publicação em revistas científicas.

Assinatura do participante

Declaro que li as informações contidas neste documento e que aceito participar no estudo proposto.

Data: ____/____/____

Obrigada pela sua participação!

A Investigadora

Laura Adriana Pinto da Silva
Laura Adriana Pinto da Silva

ІНФОРМОВАНУ ЗГОДУ

Назва дослідження: Відсутність продовольчої безпеки та пов'язані з нею фактори щодо новоприбулих біженців до Португалії.

Це дослідження є частиною магістерської дисертації з питань харчування та громадського здоров'я в факультеті харчування та харчових наук Університету Порту, яке буде виконано студенткою Лаурою Сілва під керівництвом професора Ізабелі Оттоні та співавтора під керівництвом професора доктора Сари Родрігес, професора того самого навчального закладу.

Ця робота має на меті надати інформацію про поширеність продовольчої безпеки серед біженців, які нещодавно прибули до Португалії, та основні пов'язані з цим фактори. Дані будуть отримані шляхом застосування анкети до кожного учасника дослідження, шляхом структурованого інтерв'ю та за допомогою перекладача. Заповнення анкети триватиме максимум 10 хвилин, протягом яких відбуватиметься аудіозапис та подальша транскрипція.

Ваша участь, яка буде високо оцінена, сприятиме підвищенню знань у цій галузі. Немає очікуваних ризиків, пов'язаних з участю в дослідженні.

Участь у дослідженні є суто добровільною. Якщо ви вирішите взяти участь, ви можете припинити свою участь у будь-який час без пояснення причини.

Анонімність і конфіденційність «зберігання» і обробки даних буде гарантована. Отримані дані призначені лише для статистичної обробки та будуть використані виключно для цього дослідження. Жодні відповіді не аналізуватимуться та не повідомлятимуться окремо, і на жодному етапі дослідження вам не потрібно ідентифікувати себе.

Якщо ви бажаєте зв'язатися з особою, відповідальною за дослідження, щоб роз'яснити будь-які сумніви, ви можете зробити це за такою електронною адресою: up202102886@up.pt. Розповсюдження результатів роботи здійснюватиметься від публічної дисертації та шляхом публікації в наукових журналах.

Підпис учасника

Я заявляю, що прочитав інформацію, що міститься в цьому документі, і погоджуюся брати участь у запропонованому дослідженні.

Дата: ____/____/____

Дякуємо за участь!

Слідчий

Laura Adriana Pinto da Silva

Laura Adriana Pinto da Silva

Anexo E - Consentimento Informado em português, inglês e francês

CONSENTIMENTO INFORMADO

Título do estudo: Insegurança alimentar e fatores associados em refugiados recém-chegados a Portugal.

O presente estudo surge no âmbito de um projeto de dissertação de mestrado em Nutrição Comunitária e Saúde Pública da Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto, a ser realizado pela aluna Laura Silva, com a orientação da Prof.^a Doutora Isabela Ottoni e coorientação da Prof.^a Doutora Sara Rodrigues, docentes do mesmo estabelecimento de ensino.

Este trabalho tem como objetivo fornecer informações sobre a prevalência de Insegurança Alimentar nos refugiados recém-chegados a Portugal e os seus principais fatores associados. A obtenção dos dados será efetuada com recurso à aplicação de um questionário a cada participante no estudo, através de uma entrevista estruturada e com o auxílio de um intérprete, a ser realizada nas instalações do Conselho Português para os Refugiados. O preenchimento do questionário terá a duração máxima de 10 minutos, no qual haverá gravação de áudio e posterior transcrição do mesmo.

A sua participação, que será muito valorizada, irá contribuir para o aumento do conhecimento nesta área. Não existem riscos expectáveis associados à participação no estudo.

A participação no estudo é estritamente voluntária. Caso decida participar, pode interromper a sua participação em qualquer momento sem ter de prestar qualquer justificação.

O anonimato e a confidencialidade do “armazenamento” e tratamento de dados serão garantidos. Os dados obtidos destinam-se apenas a tratamento estatístico e serão usados exclusivamente para o presente estudo. Nenhuma resposta será analisada ou reportada individualmente e em nenhum momento do estudo precisa de se identificar.

Caso pretenda contactar a responsável pelo estudo para esclarecer alguma dúvida poderá fazê-lo através do seguinte endereço de email: up202102886@up.pt. A divulgação dos resultados do trabalho será feita a partir da dissertação pública da tese e através da publicação em revistas científicas.

Assinatura do participante

Declaro que li as informações contidas neste documento e que aceito participar no estudo proposto.

Data: ____/____/____

Obrigada pela sua participação!

A Investigadora

Laura Adriana Pinto da Silva

Laura Adriana Pinto da Silva

INFORMED CONSENT

Title of the study: Food insecurity and associated factors in newly arrived refugees in Portugal.

The present study is part of a master's thesis project in Community Nutrition and Public Health at the Faculty of Nutrition and Food Sciences of the University of Porto, to be carried out by the student Laura Silva, with the guidance of Prof. Doctor Isabela Ottoni and co-supervised by Prof. Doctor Sara Rodrigues, professors at the same teaching establishment.

This work aims to provide information on the prevalence of Food Insecurity in refugees who have recently arrived in Portugal and its main associated factors. Data will be obtained by applying a questionnaire to each participant in the study, through a structured interview and with the help of an interpreter, to be held at the facilities of the Portuguese Council for Refugees. Completing the questionnaire will take a maximum of 10 minutes, in which there will be an audio recording and subsequent transcription.

Your participation, which will be highly valued, will contribute to increasing knowledge in this area. There are no expected risks associated with participating in the study.

Participation in the study is strictly voluntary. If you decide to participate, you may discontinue your participation at any time without giving any reason.

The anonymity and confidentiality of the “storage” and processing of data will be guaranteed. The data obtained are intended for statistical treatment only and will be used exclusively for the present study. No responses will be analyzed or reported individually and at no point in the study do you need to identify yourself.

If you wish to contact the person responsible for the study to clarify any doubts, you can do so through the following email address: up202102886@up.pt. The dissemination of the results of the work will be made from the public dissertation of the thesis and through publication in scientific journals.

Participant signature

I declare that I have read the information contained in this document and that I agree to participate in the proposed study.

Date: __/__/__

Thank you for your participation!

The Investigator

Laura Adriana Pinto da Silva
Laura Adriana Pinto da Silva

CONSENTEMENT ÉCLAIRÉ

Titre de l'étude: Insécurité alimentaire et facteurs associés chez les réfugiés nouvellement arrivés au Portugal

La présente étude fait partie d'un projet de thèse de maîtrise en nutrition communautaire et santé publique à la Faculté des sciences de la nutrition et de l'alimentation de l'Université de Porto, qui sera réalisé par l'étudiante Laura Silva, sous la direction du Prof. Docteur Isabela Ottoni et co-encadré par le Prof. Docteur Sara Rodrigues, professeurs dans le même établissement d'enseignement.

Ce travail vise à fournir des informations sur la prévalence de l'insécurité alimentaire chez les réfugiés récemment arrivés au Portugal et ses principaux facteurs associés. Les données seront obtenues en faisant remplir un questionnaire à chaque participant à l'étude, grâce à un entretien structuré assisté par un interprète, qui se tiendra dans les locaux du Conseil Portugais pour les Réfugiés. Remplir le questionnaire prendra un maximum de 10 minutes, au cours desquelles il y aura un enregistrement audio et après sa transcription.

Votre participation, qui sera très appréciée, contribuera à accroître les connaissances dans ce domaine. Votre participation ne vous expose à aucun risque particulier.

La participation à l'étude est strictement volontaire. Si vous décidez de participer, vous pouvez interrompre votre participation à tout moment sans donner de motif.

L'anonymat et la confidentialité du « stockage » et du traitement des données seront garantis. Les données obtenues sont uniquement destinées à un traitement statistique et seront utilisées exclusivement pour la présente étude. Aucune réponse ne sera analysée ou rapportée associée à une personne et à aucun moment de l'étude vous n'aurez besoin de vous identifier.

Si vous souhaitez contacter la personne responsable de l'étude pour clarifier des doutes, vous pouvez le faire via l'adresse e-mail suivante: up202102886@up.pt. La diffusion des résultats des travaux se fera à partir de la dissertation publique de la thèse et par la publication dans des revues scientifiques.

Signature des participants

Je déclare avoir pris connaissance des informations contenues dans ce document et accepte de participer à l'étude proposée.

Date: __/_____/____

Merci pour votre participation!
L'enquêteur

Laura Adriana Pinto da Silva
Laura Adriana Pinto da Silva

Insegurança Alimentar e Fatores Associados em Refugiados Recém-chegados a Portugal

Laura Adriana Pinto da Silva

SEDE ADMINISTRATIVA FACULDADE DE CIÊNCIAS DA NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO
FACULDADE DE MEDICINA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS ABEL SALAZAR

